



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**DESENVOLVIMENTO RURAL E
SEGURANÇA ALIMENTAR**

**PAISAGEM E DESENHO DO DESENVOLVIMENTO (RURAL) EM ABYA YALA
UMA ABORDAGEM DECOLONIAL**

LUCAS GABRIEL PEREIRA MONTE

Foz do Iguaçu
2021



UNILA

Universidade Federal
da Integração
Latino-Americana

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**DESENVOLVIMENTO RURAL E
SEGURANÇA ALIMENTAR**

**PAISAGEM E DESENHO DO DESENVOLVIMENTO (RURAL) EM ABYA YALA
UMA ABORDAGEM DECOLONIAL**

LUCAS GABRIEL PEREIRA MONTE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

Orientador: Prof. Dr. João Roberto Barros II

Foz do Iguaçu
2021

LUCAS GABRIEL PEREIRA MONTE

**PAISAGEM E DESENHO DO DESENVOLVIMENTO (RURAL) EM ABYA YALA:
UMA ABORDAGEM DECOLONIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. João Roberto Barros II
UNILA

Prof. Dr. Régis da Cunha Belem
UNILA

Profa. Dra. Tereza Maria Spyer Dulci
UNILA

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): _____

Curso: _____

Tipo de Documento	
(.....) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(.....) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: _____

Nome do orientador(a): _____

Data da Defesa: ____/____/____

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho à minha única irmã
biológica e melhor amiga, Ingrid.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai. Obrigado por se esforçar, por sair da sua zona de conforto, por lidar com os meus questionamentos sobre o mundo e me apoiar com ponderações pertinentes. Obrigado também por naturalizar a minha sexualidade e entender que ser pai não é só uma questão genética, mas também política. Obrigado por ser, e sendo, sabendo ser pai.

À professora Tereza Maria Spyer Dulci, por todo o engajamento com a extensão universitária, com a pesquisa e com o marco teórico decolonial. Obrigado por aceitar compor a banca deste estudo e por ser uma das minhas poucas inspirações.

Ao meu professor orientador João Roberto Barros II, por muitos motivos. Obrigado por me mostrar a importância do compromisso político na ciência, por ser um dos motivos da minha experiência universitária ir além de um título acadêmico e por corroborar para a construção de um ambiente universitário que não se reduz a um espaço de formação técnica. Obrigado por acreditar em mim e me estimular ao questionamento e ao pensamento crítico.

Aos professores e às professoras do meu curso, Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, por, salvo exceções, ministrarem de forma majestosa cada disciplina que compõe esse curso tão necessário. Agradeço especialmente ao professor Régis da Cunha Belem pelos apontamentos, por aceitar compor a banca do presente estudo e por toda a sua contribuição teórica e prática. Ainda nesse contexto, não posso deixar de mencionar a contribuição excepcional da professora convidada do curso, Patrícia dos Santos Pinheiro. Obrigado por ocupar um espaço branco, majoritariamente masculino e heteronormativo sendo uma mulher preta e aberta às perspectivas decoloniais, tendo demonstrado isso excepcionalmente na disciplina de Agricultura, Tecnologia e Sustentabilidade, à qual tive o privilégio de acompanhar.

À banca examinadora de modo geral, por acreditarem neste trabalho e me incentivarem a seguir por esse caminho, muitas vezes árduo e solitário, mas generoso.

Ao projeto de extensão Insurgências Decoloniais, por contribuir sobremaneira na construção teórica deste estudo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina, por me oportunizar a continuidade dessa trajetória, iniciada na

graduação.

Aos colegas de universidade, que compuseram um ambiente universitário pluricultural, proporcionado pelo projeto UNILA.

A todos e todas que, de algum modo, contribuíram satisfatoriamente para esse momento.

A gente precisa ter cuidado pra não ser capturado por essa engenharia da academia, mas também entender que ali são brechas de portas que só se abrem pelo lado de dentro [...]. Porque a gente briga, a gente denuncia, a gente anuncia que é nada sobre nós sem nós.¹
Yashodhan Abya Yala

¹ Comunicação oral no evento “Tecendo a esperança a partir dos lugares de existência”, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/linkeve>.

MONTE, Lucas. **Paisagem e desenho do desenvolvimento (rural) em Abya Yala: uma abordagem decolonial**. 2021. 54 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

RESUMO

O presente estudo é estruturado em um marco teórico decolonial, com ênfase na colonialidade da natureza e dos recursos naturais, bem como na articulação entre essa e outras formas de colonialidade para o desenvolvimento (rural) em Abya Yala. A partir disso, os conceitos de desenho, eurocentrismo, racismo ambiental institucional e simplificação serão fundamentais para a análise proposta. Através de uma revisão bibliográfica, evidenciamos, primeiro, como a natureza foi apropriada por um saber econômico/instrumental eurocêntrico, que vem, desde a invasão, destruindo sistematicamente esses espaços, incluindo os indivíduos. Posteriormente, trazemos os conceitos de ontologia dualista, que é eurocêntrico e típico da lógica desenvolvimentista moderna, e de ontologia relacional. Ambos os conceitos estão relacionados com o de desenho. Aqui, evidenciamos também o racismo ambiental institucional presente na lógica da colonialidade e damos destaque às paisagens rurais construídas a partir desse desenvolvimento eurocêntrico. Por fim, inserimos o conceito de simplificação em face da legibilidade para a ação do Estado moderno/colonial, enfatizando a ideologia do alto modernismo e a articulação dessa simplificação com o desenho dualista e com a mestiçagem enquanto discurso de poder. De modo geral, a nossa proposta é abordar criticamente o desenvolvimento (rural) em Abya Yala, desde uma perspectiva decolonial.

Palavras-chave: Desenho. Desenvolvimento. Estado. Natureza. Simplificação.

MONTE, Lucas. **Landscape and design of (rural) development**: a decolonial approach. 2021. 54 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

ABSTRACT

The present study is structured in a decolonial theoretical framework, with emphasis on the coloniality of nature and natural resources, as well as in the articulation between this and other forms of coloniality for (rural) development in Abya Yala. From this, the concepts of design, eurocentrism, institutional environmental racism and simplification will be fundamental to the proposed analysis. Through a literature review, we evidenced, first, how nature was appropriated by a eurocentric economic/instrumental knowledge that has been, since the invasion, systematically destroying these spaces, including individuals. Later, we bring the concepts of dualist ontology, which is eurocentric and typical of modern developmental logic, and relational ontology. Both concepts are related to design. Here, we also highlight the institutional environmental racism present in the logic of coloniality and we highlight the rural landscapes built from this eurocentric development. Finally, we insert the concept of simplification in the face of readability for the action of the modern/colonial state, emphasizing the ideology of high modernism and the articulation of this simplification with the dualist design and with the miscegenation as a discourse of power. In general, our proposal is to critically address (rural) development in Abya Yala, from a decolonial perspective.

Key words: Design. Development. State. Nature. Simplification.

MONTE, Lucas. **Paisaje y diseño del desarrollo (rural) en Abya Yala**: un abordaje decolonial. 2021. 54 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

RESUMEN

Esta investigación es estructurada en un marco teórico decolonial, enfatizando la colonialidad de la naturaleza y de los recursos naturales, bien como en la articulación entre ese y otros modos de colonialidad para el desarrollo (rural) en Abya Yala. Así, los conceptos de diseño, eurocentrismo, racismo ambiental institucional y simplificación serán fundamentales para el análisis propuesto. Desde una revisión bibliográfica, evidenciamos, en primero lugar, como la naturaleza fue apropiada por un saber económico/instrumental eurocéntrico, que viene, desde la invasión, destruyendo sistemáticamente estos espacios, incluyendo los individuos. En segundo lugar, traemos los conceptos de ontología dualista, que es eurocéntrico y típico de la lógica desarrollista moderna, y de ontología relacional. Ambos los conceptos están relacionados con el de diseño. Aquí, evidenciamos también el racismo ambiental institucional presente en la lógica de la colonialidad y destacamos los paisajes rurales construidos a partir de ese desarrollo eurocéntrico. Por último, inserimos el concepto de simplificación ante la legibilidad para la acción del Estado moderno/colonial, enfatizando la ideología del alto modernismo y la articulación de esa simplificación con el diseño dualista y con el mestizaje como discurso de poder. De modo general, nuestra propuesta es abordar críticamente el desarrollo (rural) en Abya Yala, desde una perspectiva decolonial.

Palabras clave: Diseño. Desarrollo. Estado. Naturaleza. Simplificación.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. UM PRODUTO CHAMADO NATUREZA.....	16
2.1. Colonialidade da natureza e dos recursos naturais.....	16
2.2. Paradigma desenvolvimentista moderno.....	24
3. DESENVOLVIMENTO E DESENHO EM ABYA YALA	29
3.1. Desenvolvimento na colonialidade	30
3.2. Paisagens rurais e desenho em Abya Yala	34
4. ESTADO E SIMPLIFICAÇÃO	41
4.1. Estado e ideologia do alto modernismo na simplificação do rural	41
4.2. Rural simplificado, desenho dualista e mestiçagem como poder	45
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

1. INTRODUÇÃO

O grupo de estudos modernidade/colonialidade surgiu há mais ou menos duas décadas, principalmente com o intuito de pensar o conhecimento desde uma perspectiva crítica e distanciada da racionalidade eurocêntrica. O principal conceito cunhado pelos teóricos decoloniais é o de colonialidade, sendo a modernidade a sua retórica.

A colonialidade tem diversos eixos. Neste estudo, focaremos na colonialidade da natureza e dos recursos naturais presente no desenvolvimento (rural) em Abya Yala². Articularemos conceitos como desenho e simplificação nesse desenvolvimento eurocêntrico.

Pretendemos realizar uma pesquisa honesta com os diversos dispositivos de colonialidade, considerando a Abya Yala como um espaço privilegiado de perpetuação dessas colonialidades e de disputas políticas e de poder, prioritariamente no que se refere às ontologias e epistemologias sobre a natureza. Desse modo, faremos uma abordagem crítica e decolonial sobre o desenvolvimento (rural), utilizando, principalmente, mas não de forma exclusiva, as categorias conceituais de colonialidade da natureza, eurocentrismo, desenho e simplificação.

Aqui, alguns pontos devem ser destacados, tendo em vista o cenário geopolítico e a sindemia no contexto atual. A Abya Yala é estruturalmente considerada como um espaço a ser invadido, explorado e degradado. Comunidades indígenas e quilombolas rurais, populações urbanas e rurbanas periféricas, mulheres chefes de família e pessoas em condição de rua não por acaso estão entre os grupos mais afetados pela sindemia da COVID-19. Neste continente as mais diversas formas de fome e de violência já estão naturalizadas e a sindemia potencializou ainda mais essa realidade. Enquanto isso, nesse mesmo período, os já muito ricos enriqueceram ainda mais, expropriaram mais terra e seguem desenhando a destruição sistemática da natureza. Reiteramos, assim, a importância deste trabalho no tempo presente.

Pensar um trabalho de conclusão de curso decolonial para o curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar é ter uma postura política na reorientação de um paradigma desenvolvimentista eurocêntrico e unidimensional,

² A partir do caráter decolonial presente neste trabalho, apontamos para a importância de questionar a validade da hegemonia cultural europeia. Dessa forma, substituímos o termo América Latina por Abya Yala em uma tentativa, ainda que simbólica, de problematizar a ideia de América Latina.

denunciando a danosidade desse modo de desenvolvimento. Este é o primeiro trabalho de conclusão deste curso que abarca majoritariamente, senão exclusivamente, o marco teórico decolonial. Isso significa construir desde a desconstrução de muitos princípios que nos parecem naturais; corretos; normais. Significa acessar lugares opcionalmente pouco acessados ou desinteressantes epistemologicamente desde a perspectiva do confronto de virtudes e estruturas que nós mesmos ajudamos a criar e que estão imersas na colonialidade. Significa também entender que os saberes e técnicas das comunidades da Abya Yala, indígenas e quilombolas, que não são novos, podem e devem contribuir para a construção de novos horizontes para o desenvolvimento rural, tanto em Abya Yala como no mundo.

O presente trabalho tem como foco temático o desenvolvimento (rural) na colonialidade e os reflexos desse desenvolvimento nas paisagens rurais da Abya Yala. Com isso, o problema de pesquisa que se coloca vai no sentido de entender os reflexos dessa estratégia de desenvolvimento para as paisagens rurais ou naturais da Abya Yala, entendidas não só como espaços biofísicos, mas, sobretudo, culturais.

O objetivo geral consiste em entender como as diversas colonialidades foram articuladas e convergiram para a construção do que Quijano e Wallerstein chamam de sistema mundo/moderno colonial e considerando a diferença colonial. Enfatizamos a Abya Yala enquanto espaço epistemológico privilegiado para essa abordagem.

O primeiro objetivo específico visa entender a colonialidade da natureza e dos recursos naturais. O segundo busca compreender o modo como o desenho e as paisagens em Abya Yala foram emergindo a partir desse e de outros dispositivos coloniais. Nesse ponto há um aprofundamento nos conceitos de eurocentrismo, desenho e racismo ambiental institucional. Por último³, daremos ênfase à relação entre esses conceitos e a ideologia do alto modernismo, com foco no planejamento e simplificação rural/natural.

O trabalho se justifica, principalmente, mas não exclusivamente, pelo eurocentrismo presente nas estratégias de desenvolvimento tipicamente modernas e que, em maior ou menor grau de acordo com os contextos, reverberam na atualidade. Após certo contato com o material bibliográfico consultado, não é exagero concluir

³ Pretendemos aprimorar essa parte a partir das considerações da banca examinadora, mais especificamente no que se refere ao ponto 4.1.

que essas estratégias vêm acarretando na destruição de formas de existir não compatíveis com a lógica da colonialidade.

Através de uma revisão bibliográfica, pretendemos estruturar o trabalho a partir de três capítulos com dois tópicos cada. No primeiro tópico, conceitualizaremos a colonialidade da natureza e o desenvolvimento na colonialidade em um panorama mais amplo. Depois, aprofundaremos o desenvolvimento na colonialidade, trazendo conceitos como eurocentrismo, desenho e racismo ambiental institucional. Em um terceiro momento, faremos um debate em torno do espaço natural ou rural, contextualizados aos esquemas típicos do Estado na busca pela simplificação em face da legibilidade e do planejamento.

2. UM PRODUTO CHAMADO NATUREZA

Na primeira parte do capítulo⁴ focaremos no conceito de colonialidade da natureza e dos recursos naturais e em sua intrínseca relação com um saber econômico instrumental e eurocêntrico. Desse modo, descreveremos brevemente o grupo de estudos modernidade/colonialidade e o conceito de colonialidade, construindo conceitualmente a colonialidade da natureza.

Na segunda parte do capítulo daremos ênfase ao paradigma desenvolvimentista moderno, trazendo essa esfera como parte colonialidade da natureza e dos recursos naturais. Será notório o papel desse paradigma na redução da natureza a um produto, sendo a Abya Yala um espaço privilegiado na perpetuação dessa lógica.

Em linhas gerais, a nossa proposta com o capítulo é introduzir conceitos pertinentes para os capítulos posteriores, revelando um olhar eurocêntrico sobre a natureza e os recursos naturais em Abya Yala.

2.1. COLONIALIDADE DA NATUREZA E DOS RECURSOS NATURAIS

Como pode ter ocorrido a alguém que outras coisas vivas além dos humanos não são sociais? Quanto mais pensamos sobre isso, mais ridícula se torna a oposição entre a socialidade humana e a não humana. O que é não socialidade? Se social significa produzido em relações intrincadas com outros significantes, claramente outros seres vivos não humanos são totalmente sociais – com ou sem humanos. No entanto, uma oposição entre natureza e sociedade tem sido bastante convencional nas humanidades e nas ciências modernas. Essa oposição define o que chamamos de ciências sociais, área que quase nunca lida com a intrínseca socialidade dos não humanos, ou seja, aquelas relações sociais que não surgem em função dos seres humanos (TSING, 2019, p. 119).⁵

Partindo de um contexto mais amplo, convém iniciar esse primeiro capítulo com uma breve descrição do grupo de estudos modernidade/colonialidade⁶. Para Escobar, se trata de:

[...] uma maneira diferente de pensamento, que contrapõe as grandes

⁴ A banca sugere a contribuição teórica da antropóloga e militante indigenista Marisol de la Cadena, principalmente no sentido de entender a relação entre os modelos de desenvolvimento e a agricultura nos tempos relacionais. Agradecemos a rica sugestão, instigados em abranger o pensamento de mulheres latino-americanas não brancas em trabalhos futuros.

⁵ Todos os destaques em citações foram realizados pelos próprios autores em seus respectivos trabalhos. Os grifos em negrito decorrem de fragmentos que originalmente estão entre aspas em suas respectivas fontes. Utilizamos, portanto, esse critério de diferenciação e traduzimos todas as citações provindas de língua estrangeira.

⁶ A proposta decolonial é recente e tem avançado em questões bastante pertinentes no que se refere aos estudos latino-americanos e caribenhos. A criação do grupo de estudos modernidade/colonialidade marca o primeiro momento dessa proposta, que vem ganhando cada vez mais relevância científica.

narrativas modernistas [...] localizando seu próprio questionamento nos mesmos vieses dos sistemas de pensamento e pesquisas direcionados para a possibilidade de modos de pensamento não eurocêntricos (ESCOBAR, 2003, p. 54).

Essa proposta se direciona para uma ótica de mundo não eurocêntrica⁷. O grupo demonstra questionamentos pertinentes, buscando ir além de uma corrente de pensamento pós-moderna e situando a diferença colonial.

A contextualização dessa corrente de pesquisa é imprescindível, uma vez que, neste estudo, nos debruçamos sobre um arcabouço teórico decolonial. Isso implica em um compromisso com o questionamento das grandes narrativas modernas/coloniais.

Um conceito transversal aqui é o de colonialidade⁸. Esse conceito é frequentemente confundido ou associado a outros três: colonialismo, imperialismo e colonização. É pertinente, por isso, diferenciarmos conceitualmente esses termos. Em conformidade com Quijano:

Por outro lado, foi estabelecida uma relação de dominação direta, política, social e cultural dos europeus sobre os conquistados de todos os continentes. Essa dominação é conhecida como colonialismo. Em seu aspecto político, sobretudo formal e explícito, a dominação colonial foi derrotada na ampla maioria dos casos. [...] Assim, o colonialismo, em um sentido de sistema de dominação política formal de umas sociedades sobre outras, parece, pois, assunto do passado. O sucessor, o imperialismo, é uma associação de interesses sociais entre os grupos dominantes (classes sociais e/ou **etnias**) de países desigualmente colocados em uma articulação de poder, mais do que uma imposição externa (QUIJANO, 1992, p. 11).

Nesse sentido, é possível visualizar como o autor diferencia esses dois conceitos. O colonialismo, portanto, compõe uma análise passada, que precede o conceito de imperialismo.

O conceito de colonialidade surge no sentido de evidenciar essa dinâmica colonial no presente e denunciar a retórica da modernidade⁹.

Da mesma maneira, ainda que o colonialismo político tenha sido eliminado, a relação entre a cultura europeia, chamada também de ocidental, e as outras, segue sendo uma relação de dominação colonial. Não se trata somente de uma subordinação das outras culturas à europeia, em uma relação externa. Se trata de uma colonização das outras culturas, ainda que, sem dúvidas, em diferente intensidade e profundidade segundo os casos. Consiste, primeiramente, em uma colonização do imaginário dos dominados. É dizer, atua na interioridade desse imaginário. Em certa medida, é parte dele (QUIJANO, 1992, p. 12).

Ou seja, esse conceito se refere à permanência do imaginário colonial, que não se

⁷ O conceito de eurocentrismo será trabalhado no segundo capítulo.

⁸ Indicamos Restrepo e Rojas (2010) para uma introdução à proposta decolonial.

⁹ Trabalharemos esse conceito com mais profundidade na segunda parte do capítulo.

limitou aos processos de colonização e colonialismo.

A colonialidade é dividida¹⁰ em cinco ramos principais: colonialidade do poder, colonialidade do saber, colonialidade do ser, colonialidade da natureza e dos recursos naturais e colonialidade do gênero e da sexualidade. Como observado na introdução, focaremos na colonialidade da natureza e dos recursos naturais. Entretanto, esses e outros ramos dificilmente são dissociáveis e estão, em maior ou menor grau de acordo com os contextos, se articulando.

Entendendo a colonialidade o lado não dito da modernidade, Mignolo (2010, p. 14) aponta para a importância dessa categoria conceitual. De acordo com o autor:

O conceito de colonialidade tem permitido a reestruturação e restituição de histórias silenciadas, subjetividades reprimidas, linguagens e conhecimentos subalternizados pela ideia de Totalidade, definida pelo nome de modernidade e racionalidade (MIGNOLO, 2010, p. 14).

Nesse sentido, esse conceito demonstra um compromisso político com os olhares de mundo não compatíveis com a racionalidade eurocêntrica, que é constituinte da retórica moderna.

No que se refere à etimologia da palavra natureza, resgatamos a concepção proposta por Gudynas (2004, p. 9). Para o autor, essa etimologia “[...] indica que ela provenha do latim *natura*, que se refere ao **nascimento** (*natus* particípio passivo de *nasci*, nascer)”. A partir disso, destacam-se dois usos comuns: um que se refere às qualidades e propriedades de um objeto ou ser e outro que diz respeito aos ambientes não-artificiais e com certos atributos físicos ou biológicos como espécies de fauna e flora nativas. Neste estudo, prevalece o segundo uso.

Nesse ponto é importante esclarecermos e diferenciarmos duas abordagens distintas da natureza a partir desse segundo uso. A primeira abordagem, e a que prevalece, é dualista, dicotômica e dissocia natureza e sociedade. É típica da modernidade. A segunda é relacional, não dissocia natureza e sociedade e se aproxima de uma proposta decolonial.

Obviamente essas abordagens não são estáticas e podem variar em um espectro entre a primeira e a segunda de acordo com os contextos. De qualquer modo, este trabalho está alinhado com a segunda abordagem. Com isso, tendemos a nos posicionar de forma crítica com relação à primeira abordagem.

Essa parte será desenvolvida com mais profundidade nos próximos

¹⁰ Para mais informações indicamos Mignolo, 2010.

capítulos, principalmente no segundo. Apesar disso, é importante situar essas diferenças no início, deixando claro como esse conceito será utilizado ao longo do trabalho. Visualizaremos também, no tópico posterior, como a natureza está sendo entendida a partir dos discursos de desenvolvimento¹¹.

O entendimento eurocêntrico da natureza, a partir, inclusive, de uma lógica econômica/instrumental específica e baseada no saber econômico clássico e neoclássico, como um espaço selvagem a ser adestrado em função do progresso/desenvolvimento¹² moderno limitaram uma diversidade de compreensão, manejo, técnica e de todo um olhar diverso sobre e com a natureza a uma perspectiva única da mesma.

Incluimos nessa natureza os humanos, principalmente os classificados como inferiores pela ideia de raça (QUIJANO, 2005). Essa ideia também atuou como um fator limitante nessa compreensão e, conseqüentemente, na intrínseca relação entre sociedade e natureza.

Dessa forma, de acordo com Alimonda:

O descobrimento imperial sempre supõe a produção de dispositivos que inferiorizam e subordinam o descoberto, para, assim, colonizá-lo e explorá-lo, posto que se trata do Oriente, dos selvagens ou da natureza tropical (ALIMONDA, 2011, p. 47).

Concomitantemente com essa argumentação, em coerência com Quijano:

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. [...]. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (QUIJANO, 2005, p. 107-108).

Portanto, os parâmetros de compreensão sobre a natureza e sobre os recursos naturais em Abya Yala são reduzidos a um ponto de vista unidimensional, branco e racista¹³, mas não somente.

Vale frisar que esse progresso econômico só pôde ser projetado e concretizado necessariamente através da invasão de Abya Yala, que não se limitou somente ao processo de colonização. Hoje tanto a Abya Yala como a África e a Ásia

¹¹ Esse também é um conceito transversal neste estudo e perpassará os três capítulos. Apesar de estarmos cientes de que existem diversas concepções sobre o conceito de desenvolvimento, o nosso posicionamento é de diálogo com os estudos decoloniais. Nessa continuidade, destacamos a contribuição de Escobar, 2008.

¹² Desenvolveremos no próximo capítulo.

¹³ E também heteronormativo, machista e misógino para elencar o mínimo. Essa discussão não será desenvolvida neste estudo, apesar englobarem conceitos que também constituem esse entendimento limitado da natureza.

continuam sendo sistematicamente invadidas pelas mais diversas formas de colonialidade e, mais especificamente nesse caso, pela ideia de raça.

Essa redução da natureza a um produto, típica de um saber econômico clássico, fica bastante evidente nesse fragmento:

A natureza se encontrava tão diminuída que foi reduzida, nos primeiros estudos de economia, ao fator de produção terra. Os recursos naturais eram considerados como ilimitados e, assim, fazia-se necessário encontrar a sua finalidade para depois explorá-los [...]. Os primeiros economistas, profundamente entranhados nessas concepções, promoviam tanto o progresso material como a apropriação da natureza para fazê-lo possível (GUDYNAS, 2004, p. 11).

Por esse ângulo, a exploração da natureza se enquadra nesse sentido de progresso posto que consiste em um espaço a ser adestrado em prol de um avanço econômico e social específico e eurocêntrico.

Essa narrativa econômica vem acompanhada das típicas dicotomias da modernidade, como: natureza e cultura, civilização e barbárie/selvageria ou desenvolvimento/progresso e subdesenvolvimento. Ela atende a interesses específicos e privilegia uma cultura específica, determinando uma racionalidade aceitável. E essa racionalidade é de destruição da natureza, incluindo o humano, e de exploração dos recursos naturais até as últimas consequências.

Nesse sentido, esse progresso econômico se sustenta, portanto, em uma dominação da natureza e de seus recursos. Foi necessariamente através de Abya Yala, ou dos recursos que esse continente oferecia e, conseqüentemente, da exploração desses recursos, incluindo dos povos que habitavam esses espaços e dos que foram sequestrados da África, que o continente europeu se afirmou como centro do mundo do ponto de vista econômico, civilizatório e geopolítico.

Uma evidência dessa dependência é que a região que hoje conforma a Europa era considerada atrasada do ponto de vista de outras civilizações. Dussel menciona:

As Cruzadas são a primeira tentativa da Europa latina de se impor no Mediterrâneo Oriental. Fracassam, e, com ele, a Europa latina segue sendo uma *cultura periférica, secundária e isolada* pelo mundo turco e muçulmano, que domina geopoliticamente desde o Marrocos até o Egito, a Mesopotâmia, o império Mongol do norte da Índia, os reinos mercantis de Malaca, até a ilha Mindanao nas Filipinas no século XIII. A **universalidade** muçulmana é a que chega do Atlântico ao Pacífico. A Europa latina é uma cultura periférica e *nunca foi até esse momento centro da história*; nem sequer com o império romano (que por sua localização extremamente ocidental *nunca foi centro nem sequer da história do continente euro-afro-asiático*) (DUSSEL, 2000, p. 43).

Esse fragmento também é mencionado em Porto-Gonçalves e Quental (2012, p. 4).

Os autores reafirmam o papel periférico exercido pela Europa até o século XV.

Essa relação problemática entre a Europa e a Abya Yala também pode ser visualizada em Mignolo:

[...] a natureza, que havia de ser explorada, localizou-se fundamentalmente, nas regiões colonizadas do planeta e, ao mesmo tempo, a exploração da natureza foi promovida em prol da Revolução Industrial, ou seja, nas regiões colonizadoras do planeta (MIGNOLO, 2003, p. 42).

O autor explicita o caráter específico desse progresso, dado através de um sistema econômico específico e provido de tecnologias específicas. Todavia, nada disso seria possível, e considerado sinônimo de desenvolvimento pelo paradigma moderno, sem a inferiorização do progresso, da economia e das tecnologias que, mesmo antes da invasão, existiam em Abya Yala.

Nesse momento, cabe problematizar a ideia de velho e novo mundo e descobrimento. Porto-Gonçalves e Quental abordam essa questão:

Nesta perspectiva, a própria narrativa do **descobrimento** é parte também de uma visão de mundo restrita ao universo cristão europeu e exemplo de um discurso que posiciona a Europa como centro do mundo, descartando, mais uma vez, a contemporaneidade e coexistência dos povos que habitavam Tawantisuyu, Anáhuac e Abya-Yala (PORTO-GONÇALVES; QUENTAL, 2012, p. 4).

É sabido que essa narrativa ainda hoje se perpetua, inclusive na ciência, e responde a interesses muito compatíveis com a retórica moderna.

Os continentes colonizados seguem sendo submetidos a essa racionalidade eurocêntrica, concebida como universal, mas que parte e responde aos interesses, sobretudo ocidentais, dos Estados Unidos. Esses pressupostos corroboram com a afirmação de Edgardo Lander:

[...] o neoliberalismo é debatido e combatido como uma teoria econômica, quando na realidade deve ser compreendido como o discurso hegemônico de um modelo civilizatório, isto é, como uma extraordinária síntese dos pressupostos e dos valores básicos da sociedade liberal moderna no que diz respeito ao ser humano, à riqueza, à natureza, à história, ao progresso, ao conhecimento e à boa vida (LANDER, 2005, p. 8).

Nesse seguimento, Lander explicita o caráter hegemônico do que se compreende por neoliberalismo nas ciências sociais, revelando que esse entendimento está limitando o debate político e teórico em virtude de alternativas ao neoliberalismo. Essa compreensão se aproxima de uma espécie de determinismo mercadológico, que prioriza a economia em detrimento de qualquer outra coisa, como se tal modelo transcendesse ou não fosse suscetível de ser reavaliado e imaginado de outra forma, construído por princípios e saberes outros.

É sabido que processo de modernização da agricultura¹⁴, surgido em decorrência dos avanços científicos e tecnológicos nas áreas das ditas ciências da natureza e sustentado a partir de interesses fundamentalmente econômicos para o setor externo, desconsidera, dentre outros fatores, a contemporaneidade de outras formas de técnicas e conhecimentos para o manejo de agroecossistemas biodiversos.

Na mesma proporção, esse processo degrada o meio ambiente, principalmente por meio da produção de monoculturas¹⁵ e tudo o que isso implica ambientalmente. Esse processo é, talvez, uma das principais formas de colonialidade da natureza na contemporaneidade e se conforma majoritariamente em países cuja economia provém significativamente do agronegócio:

Portanto, se sucedem relatórios que minimizam os efeitos da crise, apresentando-a como um fenômeno externo, e se desdobra a defesa de uma estratégia de desenvolvimento baseada em exportar recursos naturais, a que, inclusive, deveria ser acentuada para poder sair dos problemas. Isso explica medidas estatais de apoio a setores exportadores, como a agroindústria no Brasil [...] Como a ecologia política dessa resposta é manter ou aprofundar a inserção global a partir da venda de *commodities*, insistentemente evita-se obstáculos ou restrições na apropriação da natureza. A proteção do ambiente é desconsiderada em prol dessa racionalidade econômica, convertendo-se em uma variável de ajuste e flexibilizando-a para melhorar a competitividade no capitalismo global (GUDYNAS, 2010, p. 57).

O autor vislumbra, inclusive, a pressão externa exercida sobre os países de Abya Yala, que é uma pressão sobretudo política e econômica. Esses países ficam submetidos a essa lógica econômica global, mesmo que pra isso tenham que, por exemplo, desapropriar povos de seus territórios ou degradar a fauna e a flora. Em suma, ocorre uma manutenção cotidiana das práticas de exploração da natureza iniciadas na invasão.

Destarte, esse processo faz parte de uma estrutura de poder e saber hegemônicos, de uma colonialidade onipresente e, ainda que dita universal, limitada às noções de mundo e interesses eurocêntricos¹⁶, que justificam a todo custo as práticas predatórias para com a natureza:

¹⁴ Apesar de todo o debate em torno da fome global e a importância da produção de alimentos para a resolução desse problema, esse processo não acabou com a fome no mundo. Essa discussão será desenvolvida nos próximos capítulos.

¹⁵ É interessante pensar as monoculturas para além de um agroecossistema pouco diverso. Isso envolve relacionar essa forma de uso e apropriação do solo com a criação de paisagens monótonas, monocromáticas, com pouca diversidade de vida, inclusive a humana; com a simplificação do espaço rural e de todas as relações factíveis de serem mantidas com e para esse espaço e, finalmente; com a finalidade de lucro, que norteia as *commodities* agrícolas. Para uma melhor compreensão desse ponto indicamos Sarandón e Flores, 2014.

¹⁶ Aqui, nos referimos mais especificamente aos países desenvolvidos economicamente, com uma forte afirmação do ponto de vista geopolítico e que respondem sobretudo aos interesses da ordem neoliberal eurocêntrica.

A colonialidade na apropriação da natureza se refere, portanto, à existência de formas hegemônicas de se conceber e extrair recursos naturais considerando-os como mercadorias, ao mesmo tempo em que representa o aniquilamento de modos subalternos de convívio com o meio ambiente, bem como a perpetuação e justificação de formas assimétricas de poder no tocante à apropriação dos territórios (ASSIS, 2014, p. 615).

O argumento do autor evidencia a problemática relação hegemônica estabelecida com a natureza, que segue sendo reduzida a um produto na lógica desenvolvimentista moderna/colonial.

A título de ponderação, situaremos a nossa proposta nessa primeira parte do capítulo, diferenciando conceitos e análises. É corriqueiro o pensamento equivocando de que o conceito de eurocentrismo, que, como mencionado em nota, será desenvolvido no segundo capítulo, ou a proposta decolonial de modo geral desconsideram toda a herança europeia em Abya Yala. Esse por si só já é um pensamento pouco elaborado e sem a profundidade demandada por esses conceitos.

Em primeiro lugar, a colonialidade é o lado invisibilizado de um discurso/prática multifacetado fundamentalmente moderno. Ele foi quem desconsiderou outras formas de conhecimento e subjetividade, na mesma medida em que inferiorizou práticas não compatíveis com uma racionalidade específica, a eurocêntrica. Hoje, as concepções de desenvolvimento tendem a permanecer nesse lugar e a não questionarem as bases do eurocentrismo. É isso que está em questão aqui.

Em segundo lugar, a decolonialidade não é pensada para ser uma outra modernidade, ou para reproduzir o “mito da inferioridade moral/ocidental” (SOULÉ, 1995 apud GUDYNAS, 2004, p. 24) e, conseqüentemente, negar a importância epistemológica exercida pela Europa. Porém, elas só fazem sentido quando pensadas e problematizadas dentro dessa realidade. Isso ocorre, por exemplo, na escola pós-moderna.

O pensamento decolonial vai além de uma realidade ontológica estritamente centralizada na Europa e faz um movimento pouco comum nas ciências, em uma tentativa de resgate do que restou desse processo histórico moderno/colonial. Um dos propósitos dessa corrente de pensamento é fazer visível um passado e um presente colonizados por epistemologias específicas, que se mostram cada vez mais incapazes de dialogar com outras formas de saberes, principalmente no tocante à natureza.

Enquanto a colonialidade da natureza for naturalizada

estruturalmente, não há perspectiva de avanço nessas discussões. Pensar desde uma ótica decolonial é, antes de tudo, questionar o presente e pensar um futuro distinto e aceitável, que não naturaliza violências diversas, que não se esconde atrás de um discurso de neutralidade e que pensa a realidade criticamente e para além dos privilégios de certos grupos, principalmente os que são economicamente mais afirmados.

Isso é, inclusive, reorientar o que se entende por desenvolvimento, denunciando uma falácia moderna que definitivamente não contempla a realidade pluriversal de Abya Yala.

2.2. PARADIGMA DESENVOLVIMENTISTA MODERNO

Saberes iluministas e a contribuição teórica de Descartes constituem elementos de destaque da modernidade, que explicita a perspectiva eurocêntrica de uma natureza separada do dito sujeito universal racional, que agora controlava essa natureza a partir dessa racionalidade. Nesse sentido, o controle da natureza, sobretudo nas regiões invadidas e colonizadas, se converte em um elemento imprescindível para possibilitar o desenvolvimento¹⁷. Esse, por sua vez, norteado por uma lógica cada vez mais econômica/instrumental e eurocêntrica, desde uma perspectiva linear de progresso.

Em igual proporção, esse modo de desenvolvimento desconsiderou e continua desconsiderando todas as outras possibilidades e dimensões do desenvolvimento, principalmente as que questionam a intrínseca relação entre o paradigma desenvolvimentista moderno e o eurocentrismo.

Nessa continuidade, para Gudynas (2004, p. 13) o entendimento hegemônico de desenvolvimento se encontra limitado a uma perspectiva europeia, em que a cultura e a civilização são entendidas como superiores à natureza, incluindo os humanos classificados pelos próprios europeus como selvagens, por, dentre outros motivos, se considerarem parte dessa natureza e estabelecerem relações consideradas não racionais a partir dos critérios cartesianos. Em concordância com Escobar:

¹⁷ O conceito será desenvolvido com mais profundidade no próximo capítulo. Após as considerações da banca examinadora, nos interessa mencionar que esse conceito está sendo entendido a partir de um paradigma moderno/colonial. Isso significa entender a unidimensionalidade do desenvolvimento eurocêntrico, muito associado ao progresso técnico e científico ocidental. Rist (2002) foi uma referência proposta por um dos examinadores para uma melhor contextualização sobre essa abordagem.

[...] o desenvolvimento pode ser entendido como um capítulo do que se pode chamar de antropologia da modernidade, ou seja, uma investigação geral acerca da modernidade ocidental como fenômeno cultural e histórico específico (ESCOBAR, 2008, p. 32).

Assim, na ótica do autor, a construção de desenvolvimento, do ponto de vista hegemônico, deve ser analisada como um fenômeno fundamentalmente moderno, dotado de uma episteme tradicional da modernidade.

Dessa maneira, os caminhos percorridos por esse discurso obedecem a uma racionalidade específica e, além disso, criam mecanismos de adequação social para o mantimento dos padrões estabelecidos por essa racionalidade. Ainda sob a perspectiva do autor:

Mas o aspecto mais significativo desse fenômeno foi o estabelecimento de aparatos de conhecimento e poder dedicados a otimizar a vida produzindo-a para condições modernas e científicas. A história da modernidade, desse modo, não é só a história do conhecimento e da economia; de modo revelador, é a história do social (ESCOBAR, 2008, p. 51)¹⁸.

Para além desses aparatos de conhecimento e poder, Mignolo (2011, p. 8) afirma que a matriz moderna/colonial passou por diferentes e sucessivas etapas, apresentadas de forma positiva na retórica da modernidade. Essas etapas perpassam questões como a salvação – como se houvesse algo a ser salvo de alguma coisa; ao progresso; ao desenvolvimento; à modernização e; à democracia. Damos destaque para a terceira etapa em nota¹⁹.

No âmbito da natureza, foi mencionado anteriormente que o discurso

¹⁸ Sendo uma influência para diversos autores decoloniais, Foucault considera que esse suposto cuidado com a vida e com a higienização social introduz sutilmente o sujeito em uma lógica econômica específica na medida em que os Estados nacionais modernos se apropriam de um saber científico, o discurso médico, para manter a vida em função do aparato produtivo e, conseqüentemente, do desenvolvimento moderno. Como menciona: “Já não se trata de pôr a morte em ação no campo da soberania, mas de distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade.” (FOUCAULT, 2017, p. 155-156). Houve, portanto, uma biopolítica tão sutil e eficiente quanto pensar o biopoder como fator social necessário para o desenvolvimento moderno.

¹⁹ A terceira etapa – a etapa que continua hoje – começou no momento em que as corporações e o mercado se tornaram dominantes, a biotecnologia substituiu a eugênica, e a publicidade (bombardeando a TV, as ruas, os jornais e a internet) deslocou o rádio. Conseqüentemente, o cidadão europeu saudável e a minoria saudável das colônias, que eram administradas e controladas pela eugênica no século XIX e na primeira metade do século XX, agora foram convertidos em consumidores-empresários da sua própria saúde, pelos usos da biotecnologia conivente com a farmacologia [...]. Uma conseqüência da etapa corporativa no controle de corpos e na conversão dos cidadãos em consumidores de saúde (ou seja, da política da própria vida, em vez da biopolítica) é que engendrou a máfia médica. A etapa da política da própria vida nos países desenvolvidos é mesmo bem diferente. Aqui a modernidade não pode ser separada do desenvolvimento, como vimos na epígrafe de Wang Hui (MIGNOLO, 2011). Em conformidade com o autor, a política da própria vida é traduzida como um mecanismo de comercialização direcionado para um público bem delimitado: classe média e elite dos países europeus e Estados Unidos e elite dos países ditos subdesenvolvidos, gerando, assim, um mercado restrito. É dito universal, mas, uma vez analisado de forma mais apurada, não é difícil concluir que ele é fundado e direcionado para suprir interesses de um grupo específico de indivíduos.

moderno descrevia a natureza como um objeto a ser adestrado, utilizado em benefício de um desenvolvimento econômico centrado no continente Europeu. Mignolo recorda que:

A colonialidade envolveu a natureza e os recursos naturais em um sistema complexo de cosmologia ocidental, estruturado teologicamente e secularmente. Também fabricou um sistema epistemológico que legitimava os seus usos da natureza para gerar quantidades maciças de produtos agrícolas, primeiro, e quantidades maciças de recursos naturais após a Revolução Industrial (MIGNOLO, 2011, p. 8).

Aliás, a própria noção de desenvolvimento moderno carrega a dicotomia civilização/natureza, já mencionada, e que será melhor desenvolvida no próximo capítulo:

Desenvolvimento é o nome-síntese da idéia de dominação da natureza. Afinal, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de constructos humanos, como a cidade, como a indústria (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 24).

Essa ideia revela, portanto, os processos multifacetados pelos quais essas epistemologias modernas constroem perspectivas para pensar o que é ser desenvolvido e o que não é. Nessa conjuntura, o desenvolvimento moderno pressupõe o afastamento e a dominação da natureza. Como já abordado, é dentro dessa ideia de dominação que também se encontram as concepções hegemônicas em virtude da natureza.

Essas concepções vêm se mantendo, principalmente através de um conceito de sustentabilidade fraca e que não necessariamente tem uma finalidade na própria natureza, mas no que ela pode oferecer para a economia. Lander (2011, p. 3), enfatiza a operação dos mecanismos utilizados pelo discurso do suposto desenvolvimento sustentável. Para ele, esse discurso:

Ao não questionar a lógica da acumulação capitalista e o modelo da sociedade industrial como causas fundamentais da destruição das condições que fazem a vida possível, operou como mecanismo legitimador da globalização neoliberal, que desse modo passou a se apresentar como sustentável, apesar de sua avassalante dinâmica devastadora (LANDER, 2011, p. 3).

O autor entende, ainda, que a economia verde atua como um dispositivo que aparentemente critica uma lógica de destruição da natureza, mas que não questiona as estruturas básicas que tornam essa lógica possível.

Assim, a proteção ambiental se faz necessária para o mantimento de uma lógica extrativista, contribuindo com o avanço de um desenvolvimento sobretudo econômico/instrumental. Ainda para Lander (2004, p. 2), esse desenvolvimento está

naturalizado através da experiência histórica de uma sociedade neoliberal dita avançada. Ou seja, a noção de avanço se reduz a uma forma específica de conhecimento, demandado e direcionado para o mantimento de uma estrutura social e econômica de base eurocêntrica. Dessa forma, a preservação da natureza se encontra condicionada e subordinada aos interesses do chamado livre mercado.

A partir disso, as noções de acumulação de bens materiais e a separação dos setores da vida coletiva, como o político, o social e o econômico geram uma espécie de planilha universal, não necessariamente suscetível da realidade de povos e culturas inteiras em Abya Yala. Esse processo gera uma “colonização da realidade através do discurso do desenvolvimento” (ESCOBAR, 1998, p. 22 apud LANDER, 2004, p. 3).

Em vista disso, Escobar (2011, p. 70) aponta para a contribuição de modos distintos de se pensar a relação com a natureza, nas esferas econômica e cultural. Isso perpassa as possibilidades de existência e resistência²⁰ de povos que estabelecem essa relação e que também precisam ser agentes da construção na sua própria realidade, principalmente em Abya Yala.

A racionalidade moderna em Abya Yala demonstra uma hábil capacidade de coisificar esse espaço, proporcionando, como menciona Porto-Gonçalves e Quental (2007, p. 2), não somente uma naturalização desse entendimento no que se refere a realidade desse espaço, mas também uma ocultação de que o próprio conceito de América Latina foi utilizado com o intuito de ditar uma conformação de mundo específica, evidenciada nos termos de Escobar:

Ao retirar ênfase da construção cultural do lugar a serviço do processo abstrato e aparentemente universal da formação do capital e do Estado, quase toda a teoria social convencional tornou invisíveis formas subalternas de pensar e modalidades locais e regionais de configurar o mundo (ESCOBAR, 2005, p. 64).

Esse processo constitui, segundo Castro-Gómes e Grosfoguel (2007, p. 19- 20), uma dicotomia entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, sendo o primeiro valorado de forma positiva e o segundo de forma negativa e, ainda segundo esses autores, as epistemologias desse processo são utilizadas pelos Estados através de um enquadramento eurocêntrico dos sistemas educacionais e jurídicos, pensando um modelo de desenvolvimento ocidental e modos de conhecimento mais aceitáveis do

²⁰ Nos capítulos subsequentes, o conceito de desenho autônomo se relaciona bastante com esse processo de resistência.

que outros.

Ademais, Mignolo (2005, p. 57) enfatiza a importância da contribuição teórica de Quijano e Wallerstein no entendimento do conceito de sistema mundo/moderno colonial, encontrando pertinência em trazer a diferença colonial para as análises do sistema-mundo, proposto por Wallerstein.

Mignolo afirma que é impossível conceber as relações no setor comercial, mais especificamente no circuito comercial do Atlântico, sem pressupor a colonialidade. Para o autor, a diferença colonial se insere em uma perspectiva passiva nos discursos pós-modernos, assim como nas implicações dessa condução investigativa para pensar o desenvolvimento. Nesse sentido, como recorda Mignolo:

[...] desenvolvimento era um outro termo na retórica da modernidade para esconder a reorganização da lógica da colonialidade: as novas formas de controle e exploração do setor do mundo rotulado como Terceiro Mundo e países subdesenvolvidos (MIGNOLO, 2007, p. 15).

Dentro desse parâmetro, fortificado pela crise *Welfare State* e corroborado por Cajigas Rotundo (2007, p. 170), é notório o caráter da colonialidade no discurso de desenvolvimento moderno, que parte de uma construção social específica, que pressupõe normas definidas por saberes específicos e que promove o aperfeiçoamento de tecnologias que privilegiam grupos particulares.

O discurso moderno de desenvolvimento é adepto de uma genealogia estratégica, na medida em que compreende a dinâmica do chamado terceiro mundo em um sistema de controle dos diversos setores da vida e das relações sociais. Escobar (2008, p. 178-181) afirma que o principal aspecto do dito subdesenvolvimento é a fome e que as estratégias adotadas para o seu combate potencializaram esse aspecto através de uma lógica direcionada para o mercado externo²¹.

Posteriormente, o autor explicita um dos modos de operação do discurso de desenvolvimento, que é afirmado “[...] em práticas que contribuem para a regulação do ir e vir cotidiano da gente do Terceiro Mundo.” (ESCOBAR, 2008, p. 181). Ou seja, esse discurso não está somente no campo da ideia, mas, sobretudo, da prática dos gestores desse desenvolvimento²².

²¹ Como abordado, é sabido que o processo de modernização da agricultura não extirpou a insegurança alimentar a nível global. Com isso, é cabível mencionar que, de acordo com Maluf (2011, p. 20), a produção alimentar, apesar de importante, é insuficiente para a consolidação da segurança alimentar e nutricional. Esse conceito pressupõe a garantia do acesso alimentar em quantidade, qualidade e adequação socioambiental do alimento.

²² Aqui é importante responsabilizar não somente o Estado, mas também os organismos internacionais no financiamento de projetos de desenvolvimento eurocêntricos, não demandados pelo sul global. O próprio Escobar (2008, p. 88-89) menciona isso no texto citado.

Além do campo alimentar, uma condição de imaturidade dos povos, descrita por Dussel (2000, p. 27) e promovida pelo discurso moderno, só se sustenta através de um processo de alteridade. Ou seja, a noção moderna de desenvolvimento só pôde existir através da comparação e conseqüente inferiorização de outros modos de conceber esse desenvolvimento. Essa modernidade manteve um paradigma social ancorado em princípios desenvolvimentistas ocidentais.

A ideia de desenvolvimento é frequentemente vinculada a um avanço nos mais diversos níveis de saberes que sustentam uma lógica econômica hegemônica de destruição da natureza. Dentro dessa lógica, os recursos naturais devem ser preservados, desde que seja em prol do mantimento dessa lógica exploratória.

Isso demonstra a importância política das relações humanas com o meio e com o outro. Escobar (2008, p. 337), evidencia o papel das lutas sociais na visibilização da diversidade de saberes e visões de mundo que são corriqueiramente invisibilizados pelas narrativas hegemônicas de desenvolvimento.

3. DESENVOLVIMENTO E DESENHO EM ABYA YALA

Neste capítulo defenderemos, primeiramente, que o eurocentrismo e a noção de desenvolvimento são elementos indissociáveis e constituintes da modernidade/colonialidade. Depois, resgataremos os conceitos de ideia de raça em Quijano, colonialidade do conhecimento e da subjetividade, colonialidade do saber e do ser, conceitos já mencionados no primeiro capítulo e que são necessários para o fazer desenvolvimentista eurocêntrico e, conseqüentemente, para a destruição da natureza, acarretando também na destruição de culturas inteiras em Abya Yala.

A partir das questões apresentadas na primeira parte, introduziremos a discussão sobre desenho segundo as formulações de Arturo Escobar. Nesse cenário, diferenciaremos ontologias dualista e relacional, apontando para a crítica ao papel da ontologia dualista nos desenhos da Abya Yala e no racismo ambiental institucional.

De modo geral, neste capítulo temos o intuito de entender o desenvolvimento na colonialidade a partir das categorias teórico-conceituais trazidas pela proposta decolonial desde uma perspectiva crítica. Além do mais, buscamos evidenciar a importância do desenho autônomo e da decolonialidade através das lutas

ontológicas e epistemológicas, principalmente relacionadas à natureza.

3.1. DESENVOLVIMENTO NA COLONIALIDADE

Existem diversas interpretações sobre o conceito de desenvolvimento em termos científicos. É válido frisar que este estudo se propõe a abordar a noção de desenvolvimento a partir de referenciais decoloniais. Desse modo, se aproxima de uma leitura crítica das implicações dessa concepção, elucidadas nas perspectivas teóricas apresentadas ao longo deste trabalho.

Nos moldes modernos²³, a compreensão sobre o que é ser desenvolvido ou não é indissociável do eurocentrismo. Para Dussel (1993, p. 17), o eurocentrismo é um elemento **indissociável** da falácia desenvolvimentista. Ou seja, constitui e é constituído por essa falácia. O autor sugere que os parâmetros para se alcançar determinado nível de desenvolvimento obedecerá a critérios que serão definidos em uma interpretação eurocêntrica da realidade e, de modo mais contextualizado, da natureza.

É pertinente esclarecer o que se compreende por eurocentrismo, tendo em vista a utilização dessa categoria conceitual ao longo deste artigo. Para Quijano:

Não se trata, em consequência, de uma categoria que implica toda a história cognoscitiva em toda a Europa, nem na Europa Ocidental em particular. Em outras palavras, não se refere a todos os modos de conhecer de todos os europeus e em todas as épocas, mas a uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo (QUIJANO, 2005, p. 115).

Nesse ponto, este trabalho não se pré-dispõe a realizar uma generalização infundada da realidade europeia nem, tampouco, sugerir que a Europa é um espaço ontologicamente homogêneo. O que está em questão aqui é a configuração hegemônica que se constrói a partir desse espaço geográfico e epistemológico em termos de saberes e as implicações disso para outras formas de racionalidade e conhecimento sobre a natureza, especialmente em Abya Yala.

A partir disso, Wallerstein (2002, p. 206), propõe que o eurocentrismo é expresso nas Ciências Sociais de, pelo menos, cinco modos. Aqui, é mais pertinente dois: o modo como elas pressupuseram a **civilização ocidental** e como determinaram

²³ Para Mignolo (2010) modernidade é a retórica da colonialidade.

impositivamente a **teoria do progresso**²⁴. Civilização deve ser entendida como:

[...] um conjunto de características sociais, as quais são contrastadas com um primitivismo ou barbarismo. A Europa moderna se considera mais do que apenas uma civilização entre várias outras; ela se considera (única ou pelo menos especialmente) civilizada (WALLERSTEIN, 2002, p. 209).

Para muitos, essa terminologia é considerada ultrapassada e sinônimo de paradigmas interpretativos superados. Contudo, o autor pontua:

O que deve ser sublinhado é que na época em que a categoria de civilização perdeu sua inocência e começou a atrair suspeitas (principalmente depois de 1945), a categoria de progresso sobreviveu e foi mais do que adequada para substituir a de civilização, cheirando um pouco melhor (WALLERSTEIN, 2002, p. 214).

Nessa continuidade, progresso e civilização adquirem a mesma conotação. Apesar do esforço empregado na mudança conceitual, leituras mais apuradas do significado desses termos não outorgam tal interpretação. Dessa maneira, o progresso, sendo uma das expressões mais evidentes do eurocentrismo, se constitui como uma peça necessária para a construção da falácia desenvolvimentista.

Outro elemento se configurará como uma das mais importantes e eficientes formas de eurocentrismo: o controle do conhecimento e da subjetividade. Para Quijano, a Europa “[...] concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento.” (QUIJANO, 2005, p. 110). Destarte, esse controle possibilitou com que a teoria do progresso fosse amplamente aceita cientificamente e isso significou entender a natureza de forma eurocêntrica, como um espaço suscetível de destruição para os interesses do capitalismo emergente. Significou também o entendimento do progresso/desenvolvimento exclusivamente desde uma ontologia dualista²⁵.

Tendo em vista a eficiência da teoria do progresso aliada ao controle do conhecimento e da subjetividade, a ideia de raça reforça essa perspectiva desenvolvimentista imersa na colonialidade e, prioritariamente, serve como elemento necessário para a naturalização da inferiorização biológica de povos não brancos.

Dentro dessa perspectiva, há igualmente a manutenção da ideia de

²⁴ A teoria do progresso em Immanuel Kant e a leitura contratualista moderna sustentam a ideia da existência de uma natureza humana. Essa natureza visa alcançar o progresso que, por sua vez, é unidirecional. Nesse viés, a natureza humana, provida de uma específica racionalidade moderna, é concebida como uma condição necessária para que se alcance o desenvolvimento/progresso. Com isso, a noção de natureza humana estabelecerá os parâmetros aceitos para o desenvolvimento, inclusive os de utilização da natureza. A esse respeito, indicamos Barros II (2014).

²⁵ Esse conceito será desenvolvido no próximo tópico.

que povos não brancos são naturalmente desprovidos dos requisitos para o desenvolvimento, por serem, inclusive, desprovidos de cultura e próximos da selvageria/natureza²⁶. Para Quijano (2005, p. 108), a ideia de raça se configurou como critério básico de classificação social hierárquico, permitindo a constituição do novo padrão de poder²⁷ mundial capitalista a partir da exploração de negros, indígenas e da própria natureza.

Essa classificação se amparava na diferença fenotípica e genotípica entre brancos e não brancos e, com isso, na construção, pelos primeiros, de uma suposta inferioridade dos últimos. Adicionalmente, a ideia de raça provou ser, como mencionado, um instrumento mais do que suficiente para sustentar a ideia de desenvolvimento em seu sentido moderno. Em termos de Quijano:

No próprio começo da América, se estabelece a ideia de que existem diferenças de natureza biológica dentro da população do planeta, associadas necessariamente a capacidade de desenvolvimento cultural, mental em geral. [...] E a prolongada prática colonial de dominação/exploração fundada sobre tal pressuposto, enraizou e legitimou essa ideia perduravelmente. Desde então, as velhas ideias de **superioridade - inferioridade** implicadas em toda relação de dominação, inclusive meramente burocrática, ficaram associadas a **natureza**, foram **naturalizadas** para toda a história seguinte (QUIJANO, 1999, p. 148-149).

Dentro dessa interpretação, o discurso eurocêntrico contido na ideia de raça naturaliza a ideia de que alguns indivíduos são naturalmente inferiores e, por isso, não cumprem com os requisitos básicos para o desenvolvimento.

Se, por um lado, a ideia de raça, imersa em uma leitura eurocêntrica do desenvolvimento, foi proposta por um conhecimento que se fez universal e que foi capaz de, inclusive, colonizar o próprio ser, por outro, a colonialidade do saber servirá como uma categoria conceitual imprescindível para o fazer desenvolvimentista moderno/colonial em termos epistemológicos.

A colonialidade do saber é fruto da modernidade e legitimou o eurocentrismo, situando o saber científico ocidental como superior a todas as outras formas de saber. Lander defende que, dentro desse discurso, “[...] se compreende somente uma modernidade do saber – o saber científico ocidental – como o conhecimento verdadeiro, universal e objetivo.” (LANDER, 2004, p. 260). O autor

²⁶ Nesse ponto, resgatamos novamente essa interpretação dualista de natureza/civilização. Como abordado em Wallerstein (2002), essa ideia ainda se mantém na teoria do progresso/desenvolvimento e subdesenvolvimento.

²⁷ A ideia de raça é um elemento constitutivo do que Quijano (1992) chama de colonialidade do poder. É válido frisar a importância da contribuição do feminismo decolonial para o enriquecimento do conceito de colonialidade do poder.

recorda também que a dita modernidade, concebida como processo intra-europeu, é fruto de “[...] uma história que des-historiza, que oculta as relações constitutivas do sistema-mundo colonial moderno. [...] a partir dos pressupostos básicos do eurocentrismo, se naturaliza a ordem da sociedade liberal capitalista.” (LANDER, 2004, p. 260). Portanto, o desenvolvimento adquire uma dimensão estritamente capitalista.

Ainda nessa perspectiva, Escobar ressalta:

Uma antropologia da modernidade centrada na economia nos leva a questionar as fábulas do mercado, a produção e o emprego que sustentam o que poderia ser chamado de a economia ocidental. Essas fábulas são raramente questionadas e são consideradas formas normais e naturais de ver a vida, **a forma de ser das coisas** (ESCOBAR, 2008, p. 108).

Ora, se a ordem liberal é concebida pelo saber econômico ocidental e eurocêntrico como um modo de economia transcendente a todos os outros modos na história do mundo, o capitalismo é naturalizado e tido como suscetível de todas as formas de sociedade que tenham as potencialidades para se alcançar o desenvolvimento. Ou seja, que detenham a verdade estabelecida pelo saber científico ocidental e que possam explorar a natureza até as últimas consequências.

Como abordado, é também a partir desse saber científico que as ciências sociais se constituíram e outorgaram legitimidade ao conhecimento como ferramenta de controle sobre a natureza. Em concordância com Lander:

Com as ciências sociais dá-se o processo de cientificação da sociedade liberal, sua objetivação e universalização e, portanto, sua naturalização. O acesso à ciência, e a relação entre ciência e verdade em todas as disciplinas, estabelece uma diferença radical entre as sociedades modernas ocidentais e o restante do mundo. Dá-se, como aponta Bruno Latour, uma diferenciação básica entre uma sociedade que possui a verdade – o controle da natureza – e outras que não o têm (LANDER, 2005, p. 14).

A observação do autor permite uma afirmação de que a retroalimentação entre o eurocentrismo das Ciências Sociais ocidentais e o desenvolvimento na colonialidade convergem para uma proposta explícita de controle/destruição da natureza, incluindo os povos que habitam esses espaços.

Em decorrência da naturalização da ordem neoliberal, os parâmetros para se pensar o desenvolvimento passam a ser definidos por uma lógica de relações econômicas a partir da ontologia dualista. Escobar resgata que

Através das práticas, as ontologias criam verdadeiros mundos. Por exemplo, a incorporação de premissas sobre o caráter separado da natureza, assim como a forma de pensar em economia e alimentação leva à forma de agricultura do monocultivo (em contraste, uma ontologia relacional leva a uma forma de cultivo diverso e integral, como demonstra a agroecologia para muitos sistemas de fazenda camponeses ou indígenas) (ESCOBAR, 2014, p.

58).

Nesse sentido, o espaço rural²⁸, elemento transversal na proposta deste estudo, experimentou a colonialidade da natureza, principalmente, mas não exclusivamente, através da intensiva tecnificação²⁹ moderna da agricultura monocultora, das paisagens e dos desenhos advindos dessa prática.

A justificativa da colonialidade da natureza na agricultura perpassa diversas dimensões, principalmente no sentido de, supostamente, garantir alimentação. Isso implicará nos desenhos e paisagens modernas, rurais e não rurais, no âmbito de Abya Yala. Esse tema será abordado no próximo tópico. De qualquer modo, o que deve ficar evidente dentro do tópico atual é a relação entre desenvolvimento e eurocentrismo e como essa relação pressupõe diversas violências e dinâmicas de saber e poder que estão naturalizadas dentro da perspectiva da colonialidade.

3.2. PAISAGENS RURAIS E DESENHO EM ABYA YALA

Compreendendo o desenvolvimento na colonialidade através dos referenciais selecionados, este tópico é direcionado para uma abordagem da colonialidade da natureza a partir do conceito de desenho proposto por Escobar (2016), com ênfase no espaço rural. Assim, utiliza conceitos como **desenho**, **ontologia relacional** e **racismo ambiental institucional** para tal abordagem.

Há mais de 500 anos, a Abya Yala vem sendo sequestrada pelo discurso colonial. As implicações disso para a natureza, incluindo o espaço rural e culturas locais são devastadoras desde uma leitura da colonialidade. Escobar argumenta que:

O modo mais adequado para acessar a questão do desenho é ontológico. Desenhar este modo de acesso implica examinar criticamente a ontologia dualista de separação, controle e apropriação que se tornou dominante com a modernidade patriarcal capitalista Ocidental e se perguntar sobre a existência e criação potencial de outras racionalidades e modos de ser, sobretudo aqueles que enfatizam a profunda relacionalidade e a interconexão de tudo o que existe (ESCOBAR, 2016, p. 43).

²⁸ Neste estudo, não compreendemos o rural de forma dicotômica ou como um espaço homogêneo. Existe uma narrativa hegemônica sobre o espaço rural, construída pela ontologia dualista. Isso estará mais claro no próximo tópico. Apesar disso, entendemos que a colonialidade da natureza não se limita ao espaço rural.

²⁹ Esse projeto respondeu a uma agenda estritamente liberal, principalmente focada nas relações exteriores no que se refere às pautas emergentes sobre insegurança alimentar. Além disso, a partir desse processo de tecnificação, é naturalizada a ideia de que o espaço rural é sinônimo de produção agrícola. Essas questões serão melhores abordadas no próximo tópico deste texto.

Apesar da primeira experiência de Escobar com o tema do desenho se dar na esfera da engenharia química, a compreensão de desenho para o autor é influenciada, primeiramente, pela contribuição de Goodwin (1994) e Maturana e Varela (1980) sobre auto-organização, autopoiesis e complexidade. Posteriormente, e majoritariamente, sua concepção de desenho segue uma linha mais ecológica chamada de ontologia política e desenho ontológico (Winograd e Flores, 1986). Desse modo, a discussão sobre desenho³⁰ implica necessariamente na diferenciação entre ontologia dualista e ontologia relacional. Esses conceitos serão desenvolvidos posteriormente e estão intrinsecamente relacionados à colonialidade da natureza e com o modo como as paisagens rurais foram constituídas dentro dessa perspectiva.

Retomando a questão do desenho, é importante que fique evidente o entendimento desse conceito para o autor. Escobar (2016, p. 25-26) recapitula como as abordagens sobre desenho vêm sendo feitas na última década, apontado para algumas questões importantes. Em síntese, essas abordagens resgatam uma concepção de desenho como ubíquo e sugerem uma visão do desenho desde elementos ambientais e culturais. Apesar disso, o autor ressalta:

Ainda está em questão se tudo isso permitirá afirmar que surgiu uma nova cultura de desenho, ainda que seja importante levar em conta o agudo sentido da mudança nos estudos críticos do desenho e um compromisso sustentado com essa mudança por parte de certos teóricos do desenho (ESCOBAR, 2016, p. 26).

Nesse viés, o trabalho se desenvolve a partir do entendimento de que todos nós desenhamos (ESCOBAR, 2016, p. 26). Além disso, pretende relacionar a prática do desenho autônomo à ontologia relacional e à pluriversalidade.

Essa leitura é fundamental para uma interpretação não eurocêntrica da realidade e, por conseguinte, para a reorientação das dinâmicas e paisagens rurais aniquiladas pela colonialidade da natureza. Entender o desenho ou o desenhar como um processo possível desde culturas subalternizadas pela colonialidade do poder, saber e ser e para além da colonialidade da natureza é também romper, paulatinamente, com uma ontologia dualista, propalada pelo eurocentrismo, em suas mais diversas formas.

Nesse momento, cabe diferenciar dois conceitos importantes: ontologia relacional e dualista. É, exclusivamente, devido a um arcabouço teórico da separação entre sujeito e natureza, cultura e barbárie/natureza ou

³⁰ Para mais informações ler o prefácio de Escobar, 2016.

desenvolvimento/progresso e subdesenvolvimento que a ontologia dualista se sustenta. Para Escobar,

Na perspectiva em questão, ontologia se refere àquelas premissas que os diversos grupos sociais mantêm sobre as entidades que **realmente** existem no mundo. Assim, por exemplo, na ontologia moderna – chamada dualista pois se baseia na separação franca entre natureza e cultura, mente e corpo, ocidente e o resto, etc. – o mundo está povoado por **indivíduos** que manipulam **objetos** e se movem em **mercados**, todos autoconstituídos e autorregulados. *Em outras palavras, dentro de uma ontologia dualista, nos vemos como sujeitos autossuficientes que confrontamos ou vivemos em um mundo composto de objetos igualmente autossuficientes que podemos manipular com liberdade* (ESCOBAR, 2014, p. 57-58).

Nessa leitura, ao prever a dissociabilidade entre sujeito e qualquer outra coisa, a ontologia dualista permite que o sujeito se aproprie do meio ambiente sem se reconhecer como parte do mesmo, o que, quando levado às últimas consequências nos moldes modernos/eurocêntricos e neoliberais, acarreta em problemas ambientais e culturais irreversíveis. Ou seja, na destruição do meio ambiente e de culturas inteiras³¹.

Para a ontologia relacional, por outro lado, não existem separações dualistas e tudo se inter-relaciona:

Um princípio geral que me parece útil é que uma ontologia relacional é aquela dentro da qual nada preexiste às relações que as constituem. Nessas ontologias a vida é inter-relação e interdependência do princípio ao fim, sempre e em todo o momento. [...]. Esse princípio de **inter-ser** tem sido amplamente desenvolvido no pensamento budista, mas, como venho insistido, também caracteriza de fato muitas tradições culturais históricas (ESCOBAR, 2016, p. 121).

Após esse fragmento fica mais evidente a diferença entre ontologia relacional e dualista. No contexto da colonialidade da natureza, enquanto uma ontologia opera em um paradigma estritamente dualista, a outra exacerba os limites da separação entre natureza e cultura ao propor a indissociabilidade dessas esferas.

A ontologia dualista certamente esteve presente em grande parte dos desenhos tipicamente modernos. No espaço rural, o discurso do desenvolvimento privilegiou “[...] o desenvolvimento agrícola baseado em extensas fazendas mercantilizadas e no uso de insumos químicos” (ESCOBAR, 2008, p. 84). A partir disso, a intensiva tecnificação da agricultura/colonialidade da natureza³² foi

³¹ Retornaremos a essa questão ao nos valermos do conceito de racismo ambiental. Esse conceito é proposto em Moraes e Silva, 2019.

³² Maluf (2011, p. 20) afirma que a insegurança alimentar a nível global não decorre de um problema de produção de alimentos e sim de distribuição em quantidade, qualidade, e adequação socioambiental desse alimento. Além disso, práticas mais sólidas relacionadas a Soberania Alimentar dependem de drásticas transformações nesse paradigma.

inquestionavelmente eficiente em desenhar somente um rural possível: o de monocultivo.

A naturalização e redução do espaço rural, em suas mais diversas formas de paisagem e existência, a um espaço voltado exclusivamente para a produção agrícola certamente é fruto da ontologia dualista. Aliás,

Muitos aspectos da vida se converteram cada vez mais economizados, incluindo a biologia humana, o mundo natural não humano, as relações entre as pessoas, e as relações entre elas e a natureza. As linguagens da vida diária foram totalmente invadidas pelos discursos da produção pelo mercado (ESCOBAR, 2008, p. 110).

Desse modo, “[...] conhecimento científico e o desenvolvimento tecnológico avançam em uma direção linear ascendente para níveis cada vez superiores no saber e na capacidade de transformação útil da natureza.” (LANDER, 2004, p. 260). Na perspectiva da colonialidade da natureza, essa transformação só é útil através do aparato ontológico dualista. Sendo assim, é inútil transformar a natureza a partir de outras formas de ontologia e possibilidades de desenho.

Um aspecto fundamental da ontologia dualista em Abya Yala é a noção de racismo ambiental e a valorização de dinâmicas eurocêntricas em detrimento do resgate e reconhecimento cultural e territorial de povos subalternizados.

A exploração e destruição da natureza seja pela expansão do agronegócio com monoculturas transgênicas, seja para exploração de mineradoras ou construção de megaprojetos desenvolvimentistas [...] gera conflitos socioambientais que são endossados pelo Estado, o que caracteriza o racismo ambiental institucional (MORAES; SILVA, 2019, p. 33-34).

O racismo ambiental, portanto, está orientado para a institucionalização das violências contra comunidades indígenas e quilombolas a partir de um paradigma desenvolvimentista que fortalece interesses neoliberais e negligencia outros. Os autores resgatam o conceito de necropolítica³³ como mecanismo institucional de extermínio de povos indígenas e quilombolas através do não reconhecimento e destruição de seus territórios/meios de existência.

Além da colonialidade da natureza através das monoculturas, outro ponto importante dentro dessa proposta é o histórico das mineradoras em Abya Yala. Para Teubal e Palmisano,

A partir do descobrimento das minas de prata de Cerro Rico em Potosí em 1545, um dos depósitos de prata mais importantes do mundo, se produz uma reestruturação do sistema de acumulação para responder à lógica de expansão das ambições imperiais de Castilha. Este sistema foi insustentável desde seu início porque envolveu uma vasta desflorestação, destruição da produção agrícola indígena, inundações catastróficas, expansão da fome,

³³ Esse conceito é proposto em Mbembe (2016).

instauração de insegurança alimentar estrutural, deslocamento e realocação de mais de um milhão de pessoas [...] (TEUBAL; PALMISANO, 2012, p. 136).

Essa abordagem evidencia o caráter sistêmico e estrutural do racismo ambiental na Bolívia e em toda a Abya Yala. É evidente também como ela serviu e ainda serve ao crescimento econômico dos países ditos desenvolvidos ao passo em que destrói saberes e práticas relacionais presentes em Abya Yala, além dos elementos naturais presentes nesse espaço e de todas as consequências alimentares advindas desse processo.

A partir do conceito de racismo ambiental institucional, as políticas de preservação ambiental também se inserem nessa configuração ontológica dualista e dicotômica entre natureza e cultura ao não reconhecerem a territorialidade de povos originários da Abya Yala e da diáspora africana.

Para além dos projetos desenvolvimentistas afetando territórios de vida, o racismo ambiental configura-se também na implementação de políticas ambientais preservacionistas que excluem os seres humanos, povos e comunidades, não reconhecendo os territórios tradicionais que esses grupos habitam, a noção de pertencimento que configura a relação intrínseca entre natureza e cultura (MORAES; SILVA, 2019, p. 41).

Pensar essas políticas enquanto instrumento de negação desses meios de existência permite uma aproximação ao que Lander (2011) propõe sobre economia verde. Essas narrativas embranquecem a natureza, reverberam um discurso preservacionista que não questiona as bases eurocêntricas da compreensão da natureza ao mesmo tempo em que expulsam esses povos de suas terras e, conseqüentemente, negam suas existências.

Retomando as discussões sobre desenvolvimento na colonialidade, a noção de raça em Quijano permite entender o racismo como elemento básico e estrutural da Abya Yala recém invadida. Os aspectos culturais de negros e indígenas não eram equivalentes ao progresso/desenvolvimento propalado por Europa. Nessa continuidade, o racismo ambiental estrutural e institucional elimina formas de vida incompatíveis com o desenvolvimento.

Como observado, o controle do conhecimento e da subjetividade contribuiu para a manutenção da ontologia dualista, da colonialidade da natureza e, por sua vez, do racismo ambiental. Além disso, a compreensão unidimensional da natureza, advinda da colonialidade do saber, ao fortalecer os interesses da ordem neoliberal para o desenvolvimento destruiu e ainda destrói a natureza e, conseqüentemente, a cultura desses povos.

Nessa leitura, a natureza e a cultura são separadas e as narrativas, aparentemente ultrapassadas, adquirem uma ideia de civilização/progresso que não contempla outras visões culturais senão a eurocêntrica, ancorada na ontologia dualista sobre natureza e cultura, civilização/progresso e selvageria.

O racismo ambiental que encontramos nos países e regiões periféricas neste século XXI, reafirma a vocação etnocida das práticas racistas de assimilação e extermínio. Para além da invisibilidade das políticas que ignoram os povos, estamos diante da perversidade de um modelo que expressamente cultua o desaparecimento de minorias étnicas, que são vistas como **obstáculos** para o **des-envolvimento**. Os territórios de vida, quando não em sua totalidade afundados em lama tóxica da mineração ou alagados por um reservatório hidrelétrico, ilhados, gritam por socorro. Natureza e cultura se fundem, retornam para a indissociabilidade inerente que a modernidade insiste em separar. Aos gritos e prantos de sobrevivência, junto à resistência e re-existência dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais, escutamos os gritos de socorro dos rios mortos, da fauna, flora e da totalidade da vida usurpada. (MORAES; SILVA, 2019, p. 42).

Apesar de toda a perversidade histórica etnocida do racismo ambiental, há re-existência e lutas ontológicas de povos subalternizados, principalmente pela colonialidade da natureza, em defesa de suas existências e, assim, da existência da própria natureza.

O não reconhecimento ou destruição de um território indígena ou quilombola implica também no extermínio desses povos, “[...] pois a existência de uma comunidade tradicional depende de sua territorialidade [...]” (MORAES; SILVA, 2019, p. 41). A noção de racismo ambiental contribui para o desvelamento de posturas institucionais para o desenho de determinada paisagem. Ao optar pela ontologia dualista, o desenho constitucional cria paisagens que respondem a interesses de mercado, que destroem a natureza e extermina culturas inteiras.

A noção de civilização/progresso/desenvolvimento, como observado por Gudynas (2004, p. 13), buscou civilizar não só a natureza, mas tudo aquilo que era considerado selvagem. Nesse cenário, culturas consideradas selvagens deveriam ser úteis para o desenvolvimento em uma ontologia dualista, ainda que essa utilidade significasse a destruição³⁴ dessas culturas. O racismo ambiental é, certamente, um exemplo dessa destruição.

Após essa breve reflexão sobre a ontologia dualista, o conceito de pluriversalidade será fundamental para as reflexões finais propostas pelo artigo. Para Escobar (2016, p. 86),

³⁴ Indicamos relacionar este ponto com a noção de mestiçagem como discurso de poder, resgatada por Walsh (2009).

[...] a perseverança das comunidades, os comuns e as lutas por sua defesa e reconstrução – particularmente, mas não exclusivamente, as que incorporam, explicitamente, dimensões etnoterritoriais – implicam resistência e a defesa de territórios que, no melhor e mais radical dos casos, pode ser descrito como pluriversal, ou seja, como o fenômeno da coexistência de múltiplos mundos. Ao resistir ao projeto neoliberal de globalização muitas comunidades indígenas, afrodescendentes, camponesas e urbanas pobres estão promovendo *lutas ontológicas* (ESCOBAR, 2016, p. 86).

Desse modo, entender os territórios como pluriversais é também contemplar outras formas de ontologia. Dentro dessa perspectiva, a ontologia relacional se mostra cada vez mais necessária em contraposição à colonialidade da natureza e das paisagens rurais a partir da ontologia dualista e, de modo mais amplo, de toda a modernidade na busca pelo desenvolvimento.

Escobar (2016, p. 86) resgata o exemplo de Tamanco, na Colômbia, para enfatizar o papel dos desertos verdes na substituição dos diversos mundos paisagísticos e comunais presentes naquele espaço. Apesar da especificidade geográfica, o autor afirma que essa realidade é bem próxima dos territórios rurais em Abya Yala. Para ele:

Dois aspectos importantes devem ser destacados nessa mudança dramática: em primeiro lugar, a **forma de plantação** apaga as relações mantidas com e pelo mundo dos bosques; a plantação, que surgiu de uma ontologia dualista de dominação humana sobre a natureza, é um dos meios mais eficazes para mudar a ocupação ontológica de mundos relacionais (ESCOBAR, 2016, p. 86-87).

Aqui, a agricultura de monocultivo executa uma função importante no apagamento de formas relacionais de se entender a natureza e, conseqüentemente, de desenhar desde outras referências e com outros olhares para com o meio e o outro.

A partir disso, é prudente alertar para a necessidade do desenho autônomo aceitando, principalmente, a premissa de que todo desenho deve pressupor a autonomia de saber de cada comunidade bem como sua capacidade de entender e desenhar a própria realidade (ESCOBAR, p. 202). Desde a ontologia relacional e do pluriverso, o desenho autônomo frisaria, por exemplo, outras formas de lidar com a natureza e o entendimento de diversos mundos colidentes.

Uma proposta decolonial do desenho também implica em uma urgente mudança paradigmática para a contemplação de diversas insurgências nos desenhos da Abya Yala. Afinal de contas:

Um paradigma outro, que emerge e germina desde a perspectiva da colonialidade, que busca coalizões constantes da diferença colonial, em que se resistem à globalização localizada e à localização globalizada tanto de direita como de esquerda, contribui ao cosmopolitismo crítico precisamente por fomentar uma consciência da *diferença de perspectivas na compatibilidade de projetos: a emancipação, a libertação, a descolonização*

(MIGNOLO, 2003, p. 57).

Colocar o desenho autônomo em evidência é também reorientar toda uma perspectiva ontológica que permeou a Abya Yala durante séculos e que sustentou a falácia desenvolvimentista eurocêntrica. Essa reorientação abrirá caminhos para a decolonialidade da natureza, para o resgate da diversidade paisagística rural e natural e para a autonomia de saberes e práticas que foram impossibilitadas historicamente pela modernidade.

4. ESTADO E SIMPLIFICAÇÃO

No primeiro tópico do capítulo abordaremos o tema da simplificação do Estado, enfatizando a ideologia do alto modernismo na simplificação do espaço natural ou rural. Os conceitos de desenho, desenvolvimento e eurocentrismo, que foram abordados com mais afinco no segundo capítulo, são transversais aqui.

No segundo tópico trataremos o conceito de desenho com mais evidência, passando pela colonialidade do poder e pela colonialidade da natureza. Por fim, defenderemos que a mestiçagem enquanto discurso de poder, fundamentada na ideia de raça, atua como um instrumento fundamental da simplificação.

De modo geral abordaremos a simplificação, estratégia de legibilidade utilizada pelo Estado moderno/colonial, e a sua íntima relação com o desenho ontológico dualista e com a mestiçagem. A simplificação do espaço natural ou rural será priorizada desde uma perspectiva da colonialidade da natureza.

4.1. ESTADO E IDEOLOGIA DO ALTO MODERNISMO NA SIMPLIFICAÇÃO DO RURAL

A abordagem científica sobre a ideia de Estado é abrangente. É sabido que as principais abordagens científicas sobre o Estado estão concentradas em um espectro que perpassa o contratualismo moderno, as teorias neoliberais, as teorias amparadas no marxismo e no pluralismo e as eventuais correntes teóricas surgidas a partir de uma ou da combinação de mais de uma dessas.

Neste estudo nos propomos a realizar uma abordagem decolonial sobre o Estado, amparados principalmente em Escobar (2016), Scott (1999) e Walsh (2009). Ficará mais evidente, na segunda parte do texto, que a ciência, de modo geral, tendeu a privilegiar epistemologias essencialistas e de base eurocêntrica, ainda que

venha incorporando uma variedade de construtivismos³⁵ nas últimas décadas.

Esse é um dado importante no contexto deste estudo justamente porque implica em um processo de naturalização epistêmica das violências perpetuadas em nome do Estado. Weber (1999), por exemplo, entende o Estado como o instrumento legítimo da força. Essa definição weberiana ainda ocupa um espaço importante nas ciências sociais e revela quais opções epistemológicas têm sido feitas para essas análises e quais os reflexos disso no campo ontológico³⁶.

Aliás, o desenho das instituições típicas do Estado e, principalmente, mas não de forma exclusiva, da relação entre essas intuições com o espaço natural, é de base ontológica dualista. Isso será observado posteriormente neste estudo e o requisito desse desenho parece estar cada vez mais associado com a simplificação.

A simplificação atua como um instrumento utilizado pelo Estado para tornar toda uma pluriversalidade de relação entre os seres, baseada previamente em seus respectivos saberes concretos sobre si mesmos e sobre o entorno, em uma padronização que se pretende válida universalmente e de base eurocêntrica. Nas palavras de Scott:

[...] muito do início da política moderna europeia parecia igualmente dedicada a racionalizar e padronizar o que era um hieróglifo social em um formato legível e administrativamente mais conveniente. As simplificações sociais assim introduzidas não só permitiram uma melhor sintonia do sistema de tributação e recrutamento, mas também aumentou muito a capacidade do Estado (SCOTT, 1999, p. 3).

Após essas considerações fica mais visível o papel da simplificação do Estado em face da legibilidade, inclusive para o desenvolvimento colonial/moderno do espaço natural e não natural.

Sobre a simplificação no espaço não natural, Scott (1999, p. 2) defende que o desenho das cidades, a organização dos transportes, da população urbana e a padronização da linguagem e do aparato jurídico, por exemplo, foram importantes fatores de identificação dessa simplificação. Todavia, como mencionado, não foram os únicos e nem espacialmente exclusivos.

A partir disso, a legibilidade buscada pelo Estado pôde ser encontrada também na simplificação do espaço natural. De acordo com Scott:

A organização do mundo natural não foi exceção. A agricultura é, afinal, uma

³⁵ Escobar (2011) propõe que as epistemologias da natureza variam entre um polo, mais essencialista e outro, mais construtivista. Como será abordado posteriormente neste estudo, o construtivismo não dissocia sujeito e objeto do conhecimento e problematiza a relação entre o pensamento e o real.

³⁶ O conceito de ontologia será imprescindível para a discussão sobre desenho, apresentada no próximo tópico.

reorganização radical e simplificada da flora para atender aos objetivos do homem. Quaisquer que fossem seus outros propósitos, os projetos de silvicultura e agricultura científica e os layouts de plantações, fazendas coletivas, vilas ujamaa e aldeias estratégicas pareciam todos calculados para tornar o terreno, seus produtos e sua força de trabalho mais legíveis – e, portanto, manipuláveis – de cima e do centro (SCOTT, 1999, p. 2).

Aqui fica claro como as estratégias de legibilidade privilegiaram o desenvolvimento do espaço rural ou natural em um sentido estritamente agrícola produtivista³⁷, respondendo sobretudo aos interesses de uma específica forma de racionalidade econômica, representada pela ordem neoliberal vigente.

Situar essa racionalidade enquanto específica significa descentrar o sujeito universal cartesiano/essencialista (HALL, 2006), que não se reconhece enquanto especificidade. Significa também reconhecer que esse projeto de desenvolvimento situado na colonialidade não faz parte de um processo natural, mas sim condicionado pelas circunstâncias. Se trata, antes de tudo, da articulação de diversos dispositivos de simplificação, identificados por Scott nas estruturas do Estado. Evidentemente esses dispositivos se sustentam no eurocentrismo e servem aos grupos que o fundaram e que, de algum modo, continuam se beneficiando dessa narrativa.

O autor aponta para quatro elementos fundamentais dos esquemas de simplificação do Estado. O elemento a ser desenvolvido com mais profundidade neste tópico é o que Scott chama de ideologia do alto modernismo. Contudo, um primeiro elemento servirá de base para esse segundo:

O primeiro elemento é o ordenamento administrativo da natureza e da sociedade – os transformadores de simplificações do Estado descritos acima. Por si só, ele é a ferramenta comum da política moderna; é vital tanto para a manutenção de nosso bem-estar e liberdade quanto para os projetos de um pretense déspota moderno. Ele sustenta o conceito de cidadania e a provisão de bem-estar social, da mesma forma que pode sustentar uma política de eliminação de minorias indesejáveis (SCOTT, 1999, p. 4).

O ordenamento³⁸ administrativo da natureza e da sociedade constitui, para Scott, um primeiro elemento fundamental de simplificação.

O ordenamento é, portanto, uma etapa anterior do que Scott vai

³⁷ A chamada revolução verde é o marco mais visível dessa tendência de tecnificação agrícola. A fome global e a não melhora das condições de trabalho agrícola, principalmente na pequena produção, colocam as reais intenções dessa revolução em cheque uma vez que ela tem beneficiado apenas os grandes latifundiários, o agronegócio e as commodities agrícolas, o monopólio de patentes transgênicas e todos os agentes em redes de relações econômicas que de algum modo se beneficiam com essa dinâmica. Sobre isso indicamos Mazoyer e Roudart, 1997 e Cunha, 1999.

³⁸ É interessante observar um elemento de necropolítica (MBEMBE, 2016) inserido nesse ordenamento, associado diretamente ao racismo ambiental institucional (MORAES; SILVA, 2019). Esses pontos são melhor desenvolvidos em Barros e Monte (2020).

chamar de ideologia do alto modernismo. Nos termos do autor:

O segundo elemento é o que chamo de ideologia do alto modernismo. É melhor concebida como uma versão forte, pode-se até dizer melhorada, da autoconfiança sobre o progresso científico e técnico, da expansão da produção, da crescente satisfação das necessidades humanas, do domínio da natureza (incluindo a humana) e, acima de tudo, do desenho racional da ordem social compatível com a compreensão científica das leis naturais. Ela se originou, é claro, no ocidente, como um subproduto do progresso sem precedentes na ciência e na indústria (SCOTT, 1999, p. 4).

A simplificação adquire uma sustentação epistemológica mais clara na ideologia do alto modernismo. Obviamente essa ideologia não corresponde à ciência e à tecnologia, mas os seus representantes se valem dessas duas áreas para legitimarem as suas ações. Aqui, temos como foco de análise o campo do domínio da natureza³⁹. Na citação o autor se refere à satisfação das necessidades humanas e aqui entendemos que o próprio eurocentrismo tira o caráter de humanidade de certos grupos. Então, esse humano não é outro senão o que age a partir dessa racionalidade eurocêntrica e se beneficia dela.

Ainda nessa leitura, temos:

O alto modernismo se refere tanto a **interesses** quanto a crenças. Seus adeptos, mesmo quando eram empresários capitalistas, exigiam ação do Estado para realizarem seus planos. Na maioria dos casos, eles eram funcionários poderosos e chefes de Estado. Eles tendiam a preferir certas formas de planejamento e organização social (como grandes barragens, comunicação centralizada e centros de transporte, grandes fábricas e fazendas e cidades planejadas), porque essas formas se encaixavam perfeitamente em uma visão altamente modernista e também atendiam aos seus interesses políticos como funcionários do Estado. Houve, para mencionar de modo suave, uma afinidade eletiva entre o alto modernismo e os interesses de muitos oficiais do Estado (SCOTT, 1999, p. 4-5).

Ao tornarem esse espaço legível e manipulável, todos os agentes e atores inseridos nessa máquina burocrática do Estado ou que servem de alguma forma os interesses deste e, com isso, aos seus interesses próprios, corroboram para um desenho ontológico de destruição da natureza, da sua paisagem em um sentido mais diverso e de todas as dimensões relacionais⁴⁰ mantidas com e para esse espaço.

Essa crença no alto modernismo tem regido grande parte da formação da agenda de políticas públicas e das tomadas de decisão a partir da articulação entre as esferas de Estado e mercado e, como poderá ser observado mais adiante neste estudo, se ampara em uma ontologia dualista da natureza. No caso brasileiro o autor cita a construção de Brasília⁴¹ como um exemplo da reorganização radical do espaço

³⁹ Entendida como o espaço natural e os sujeitos que habitam esse espaço.

⁴⁰ Sobre esse termo, que se refere a ontologia relacional, indicamos Escobar, 2014 e 2016.

⁴¹ Também temos a Itaipu como um bom exemplo.

natural a partir de interesses políticos alto modernistas.

Outro elemento fundamental da ideologia do alto modernismo está, segundo Scott, na estética. Para ele, boa parte dessa racionalidade eurocêntrica pode ser visualizada nesses elementos estéticos:

Os adeptos do alto modernismo tendiam a ver a ordem racional em termos estéticos visuais notáveis. Para eles, uma cidade, vila ou fazenda eficiente e racionalmente organizada era uma cidade, vila ou fazenda que parecia organizada e ordeira no sentido geométrico (SCOTT, 1999, p. 4).

É notória, portanto, uma relação entre a ideologia do alto modernismo e uma específica forma de estética⁴².

Após essa breve discussão sobre a ideologia do alto modernismo fica mais notória a sua função na simplificação em face da legibilidade do Estado. A partir daqui focaremos na abordagem decolonial sobre desenho e mestiçagem enquanto discurso de poder como elementos fundamentais da simplificação.

4.2. RURAL SIMPLIFICADO, DESENHO DUALISTA E MESTIÇAGEM COMO PODER

Um conceito interessante para relacionar com esse debate trazido por Scott em torno da simplificação do Estado é o de desenho. Como já abordado no segundo capítulo, o modo mais adequado para acessar o desenho é na ontologia. Dessa forma, duas ontologias contrastantes, já descritas, podem ser descritas para uma melhor compreensão sobre a natureza da simplificação e sobre a simplificação da natureza.

A primeira, é a dualista e pode ser entendida como uma ontologia baseada na separação drástica entre a natureza e o sujeito dito racional. Nessa ontologia temos com mais evidência as diversas dicotomias presentes no eurocentrismo: a natureza, entendida como um espaço selvagem a ser adestrado e a civilização ou cultura, sendo o espaço exclusivo do ser racional. Como salienta Wallerstein (2002, p. 214) essas dicotomias não se limitaram ao passado e podem ser encontradas, por exemplo, nas noções de desenvolvimento/progresso e subdesenvolvimento.

Como abordado, a ontologia dualista parte do princípio de que a natureza é um espaço suscetível de controle, através da específica racionalidade eurocêntrica. Aqui existe uma unidimensionalidade do desenvolvimento ou progresso

⁴² É válido ressaltar a crítica decolonial à estética através do conceito de estética decolonial. Para um maior entendimento desse conceito indicamos Mignolo, 2010.

e é justamente nesse campo que a simplificação atua, no sentido de desconsiderar outras formas de racionalidade para o desenvolvimento.

A segunda, definida por Escobar como relacional, não se baseia nessa separação. Para o autor, apesar da hegemonia imposta pela ontologia dualista da simplificação, a ontologia relacional pode ser encontrada em muitos contextos culturais e isso demonstra o quanto os projetos de simplificação foram frustrados nesses casos (SCOTT, 1999, p. 4).

Ao relatar a luta da comunidade de La Toma, no sul de Cali, Colômbia, contra a mineração ilegal financiada pelo Estado, Escobar aponta para as diversas lutas ontológicas que são empreendidas cotidianamente nos mais diversos contextos.

Isso tem lugar dentro de uma larga história de dominação e resistência e é fundamental para entender as lutas territoriais como práticas ontológicas políticas e como pano de fundo para o desenho autônomo. As comunidades de La Toma têm conhecimento de sua presença continuada no território desde a primeira metade do século XVII (ESCOBAR, 2016, p. 88).

O desenho autônomo⁴³ está vinculado com a ideia de que todos e todas desenham. Nesse caso, ele pode ser relacionado com o conhecimento que Scott (1999, p. 7) afirma ter sido descartado pelos esquemas de simplificação do Estado.

Esse modo de desenhar pode ser pensado como uma forma de resistência dos povos, marginalizados pela dinâmica moderna/colonial na simplificação do espaço natural. Os conceitos de colonialidade do poder e colonialidade da natureza e dos recursos naturais são interessantes nesse ponto. A ideia de raça, pertencente à colonialidade do poder, será imprescindível aqui, principalmente para a discussão sobre mestiçagem enquanto discurso de poder em Walsh.

A colonialidade do poder possui dois conceitos centrais. Primeiro, a ideia de raça como critério básico de classificação social hierárquico, depois o controle do trabalho e dos recursos naturais em torno do mercado global. Juntos, esses dois elementos se convertem nos mecanismos fundamentais e necessários para a formação do novo padrão de poder mundial (QUIJANO, 2005, p. 202).

Ademais, outro elemento importante dentro da noção de colonialidade do poder é o controle eurocêntrico do conhecimento e que, por sua vez, está relacionado a outros dois ramos da colonialidade, a colonialidade do ser e do saber:

A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único

⁴³ Sobre a prática em decolonialidade, perfeitamente cabível no conceito de desenho autônomo, indicamos Mignolo e Walsh, 2018.

mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento (QUIJANO, 2005, p. 209).

Sem dúvida, o controle do conhecimento foi e ainda é necessário para a manutenção de um sistema-mundo que contempla sobremaneira os padrões culturais e civilizatórios da Europa, situados como superiores por esse próprio conhecimento.

Para Escobar (2011, p. 50) o conceito de colonialidade da natureza⁴⁴ é chave dentro das epistemologias da natureza. O autor estabelece algumas características para esse conceito, porém, o que deve se sobressair é o entendimento de que o seu fundamento está na natureza da colonialidade. Ou seja, é indissociável da modernidade e de todos os seus dispositivos coloniais. Epistemologicamente, as concepções sobre a natureza variam do essencialismo ao construtivismo.

Como mencionado no início deste estudo, a colonialidade da natureza, por sua vez, ocupa uma dimensão mais essencialista. Em termos de Escobar:

O essencialismo e o construtivismo são posições contrastantes na relação entre conhecimento e a realidade, o pensamento e o real. De forma breve, o essencialismo é a concepção de que as coisas possuem um núcleo inalterável, independentemente do contexto e da interação com outras coisas, e que o conhecimento pode conhecer progressivamente. Os seres concretos se desenvolvem a partir desse núcleo, o que, com o tempo, encontra um fiel reflexo no pensamento (por exemplo, através do estudo dos atributos das coisas para descobrir sua essência). [...] O construtivismo aceita, pelo contrário, a inevitável conectividade entre o sujeito e o objeto do conhecimento, e, conseqüentemente, a relação problemática entre o pensamento e o real; portanto, o construtivismo epistêmico implica muito mais que a afirmação de que a realidade é socialmente construída. O caráter desta relação tem por resultado uma variedade de construtivismos. Boa parte da investigação científica tendeu a permanecer dentro de uma concepção essencialista, ainda que isso tenha mudado drasticamente nas décadas passadas. (ESCOBAR, 2011, p. 51-52).

Após essa breve descrição conceitual, fica mais visível o caráter essencialista da tradição científica e se nota uma mudança epistemológica, paulatinamente direcionada aos construtivismos, surgindo, assim, epistemologias críticas ao paradigma tradicional essencialista. A modernidade/colonialidade é marcada por uma ontologia dualista e dicotômica⁴⁵ entre natureza e a cultura concebida em uma

⁴⁴ Para uma melhor compreensão desse conceito indicamos Gudynas, 2004.

⁴⁵ Charvolin, Latour e Schwartz (1998), ao enfatizarem a problemática naturalização dessas dicotomias,

dimensão eurocêntrica, como já foi dito.

Um último elemento de análise para este estudo é a mestiçagem como discurso de poder. Nas palavras de Walsh:

O que interessa aqui, portanto, não são as **mestiçagens reais** que ocorrem no cotidiano. Tampouco interessa **a cultura mestiça** em si. Está mais relacionado com o que Silvia Rivera Cusicanqui (1993) chamou de **matriz colonial da mestiçagem**, e Sanjinés (2005 e em PIEB, 2007) se referiu e analisou como a **mestiçagem como discurso de poder**: um projeto político-intelectual de mestiçagem forjado no marco estruturante do feito colonial e firmado nas relações de dominação. Sem dúvida, a categoria mental de raça foi o início para legitimar essas relações e estrutura, e moldar a sociedade moderna **nacional**. (WALSH, 2009, p. 27).

A autora está se debruçando sobre o caso do Equador, contudo, de acordo com os autores já trazidos e com a própria Walsh, essas relações perpassam a Abya Yala como um todo.

Considerando a mestiçagem como projeto político que moldou as sociedades modernas nacionais em Abya Yala não é estranho presumir que ela atuou como um instrumento fundamental da simplificação, tornando essa sociedade cada vez mais legível e compatível com uma compreensão eurocêntrica da realidade.

realizam uma pertinente denúncia sobre o modo como as ciências sociais, em especial a sociologia, vêm compreendendo o meio ambiente. Apesar disso, não sabemos até que ponto o abandono de algumas dicotomias enquanto categoria de análise pode ou deve ocorrer, afinal, corremos o risco de minimizarmos ou não darmos a atenção necessária à constituição do que Quijano e Wallerstein vão chamar de sistema mundo/moderno colonial e à diferença colonial. Sobre isso indicamos Mignolo, 2005.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo vimos que o conceito de colonialidade da natureza e dos recursos naturais norteia de forma crítica a abordagem sobre o desenvolvimento (rural) em Abya Yala e revela como um saber econômico/instrumental reduziu e continua reduzindo esses espaços de vida a um produto.

Dentro do paradigma moderno de desenvolvimento é possível visualizar uma unilateralidade do desenvolvimento, que é eurocêntrico. Nessa continuidade, concluímos que Abya Yala é um espaço privilegiado dentro dessa abordagem.

No segundo capítulo é possível identificar que esse desenvolvimento moderno/colonial e eurocêntrico implica necessariamente na destruição da natureza, de saberes e formas não dualistas de lidar com esse espaço e no extermínio de culturas inteiras em Abya Yala, principalmente a serviço dos interesses da ordem liberal. Portanto, concluímos que as diversas formas de colonialidade são imprescindíveis dentro dessa proposta eurocêntrica na construção do sistema mundo/moderno colonial proposto por Quijano e Wallerstein.

Ainda nesse capítulo, concluímos também a necessidade de uma ontologia dualista para fazer possível o desenho moderno e, conseqüentemente, a homogeneização do espaço natural, principalmente através do monocultivo. É importante concluir que a colonialidade da natureza implica, para além da destruição da fauna e da flora, na destruição de culturas, que só existem a partir desses espaços, e isso é evidenciado na noção de racismo ambiental institucional.

No final do segundo capítulo, vimos que o desenvolvimento eurocêntrico a partir da colonialidade da natureza e da ontologia dualista cria desenhos que destroem a natureza, incluindo povos providos de outras formas de compreender o espaço natural e não natural. Consideramos urgente, portanto, a descolonização e a reorientação da ontologia dualista dos desenhos no cenário da Abya Yala.

No terceiro capítulo defendemos que Estado moderno/colonial atuou a partir de elementos de simplificação da realidade em detrimento da legibilidade. Nessa parte, foi destacada a ideologia do alto modernismo na simplificação do espaço natural. Essa postura é reforçada pela permanência das epistemologias da natureza

em uma esfera estritamente essencialista.

A partir disso, o conceito de desenho ontológico dualista é imprescindível no desvelamento da ontologia da simplificação, principalmente do espaço natural. Agregado a isso temos a mestiçagem enquanto discurso de poder, instrumento fundamental dessa simplificação.

A nossa proposta foi situar a simplificação do Estado e a sua íntima relação com o desenho dualista, focando na dimensão espacial natural ou rural, mas não nos referindo exclusivamente a esses espaços. O conceito de mestiçagem como projeto político reforça a postura racista inserida na lógica da simplificação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIMONDA, Héctor. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la ecología política latinoamericana. In: ALIMONDA, Héctor. **La naturaleza colonizada**. Ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: Ediciones CICCUS y CLACSO, 2011, p. 21-58.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, 2014.

BARROS II, João Roberto. Progresso e raça: iluminismo e descolonialidade epistêmica. **Kalágatos**, Fortaleza, v. 11, n. 22, p. 319-350, 2014.

BARROS II, João Roberto; MONTE, Lucas. Paisagens rurais – desenvolvimento e desenho a partir da decolonialidade. Jequié: **Odeere**, v. 5, n. 10, p. 239-256, 2020.

CAJIGAS-ROTUNDO, Juan Camilo. La biocolonialidad del poder. Amazonía, biodiversidad y ecocapitalismo. In: CASTRO-GÓMES, Santiago; GROSGUÉL, Ramón. **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007, p. 169-193.

CASTRO-GÓMES, Santiago; GROSGUÉL, Ramón. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMES, Santiago; GROSGUÉL, Ramón. **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007, p. 9-23.

CHARVOLIN, Florian; LATOUR, Bruno; SCHWARTZ, Cécile. Crises dos meios ambientes: desafio às ciências humanas. In: ARAÚJO, Hermetes Reis de. **Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 91-125.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações tradicionais e a convenção da diversidade biológica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 147-163, 1999.

DUSSEL, Enrique. **1492 - El encubrimiento del otro**. Hacia el origen del “mito de la modernidad”. La Paz: Plural Editores, 1993.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 41-53.

ESCOBAR, Arturo. **Autonomía y diseño: la realización de lo comunal**. Traducción de Cristóbal Gneio. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2016.

ESCOBAR, Arturo. Ecología política de la globalidad y la diferencia. In: ALIMONDA, Héctor. **La naturaleza colonizada**. Ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: Ediciones CICCUS y CLACSO, 2011, p. 61-92.

ESCOBAR, Arturo. Epistemologías de la naturaleza y colonialidad de la naturaleza. Variedades de realismo y constructivismo. In: MARTÍNEZ, Leonardo Montenegro. **Cultura y naturaleza**. Aproximaciones a propósito del bicentenario de la independencia de Colombia. Bogotá: Jardín Botánico de Bogotá, José Celestino Mutis, 2011, p. 49-74.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del tercer mundo**. Construcción y deconstrucción del desarrollo. Traducción de Diana Ochoa. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2008.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo. El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. **Revista Tabula Rasa**, Bogotá, n. 1, p. 51-86, 2003.

ESCOBAR, Arturo. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo?. In: LANDER, Edgardo. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 113-143.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia**. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Albuquerque. São Paulo: Paz & Terra, 2017.

GOODWIN, Brian. **How the leopard changed its spots: the evolution of complexity**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

GUDYNAS, Eduardo. **Ecología, economía y ética del desarrollo sostenible**. Montevideo: CLAES - Centro Latino Americano de Ecología Social, 2004.

GUDYNAS, Eduardo. La ecología política de la crisis global y los límites del capitalismo benévolo. **Revista de Ciencias Sociales**, Quito, n. 36, p. 53-67, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LANDER, Edgardo. Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos. In: LANDER, Edgardo. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 11-40.

LANDER, Edgardo. Eurocentrismo, saberes modernos y naturalización del orden global del capital. In: DUBE, Ishita Banerjee; DUBE, Saurabh; MIGNOLO, Walter. **Modernidades coloniales: otros pasados, historias presentes**. Ciudad de México: El Colegio de México, 2004, p. 259-283.

LANDER, Edgardo. La economía verde: el lobo se viste con piel de cordero. **Transnational Institute**, Amsterdam, 1-10, 2011.

- MALUF, Renato. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **Autopoiesis and cognition: the realization of the living**. Boston: Reidel Publishing Company, 1980.
- MAZOYER, Marcel. ROUDART, Laurence. **Histoire des agricultures du monde: du néolithique à la crise contemporaine**. Paris: Éditions du Seuil, 1997.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, v. 32, p. 123-151, 2016.
- MIGNOLO, Walter. Aiesthesis decolonial. **Calle 14**, Bogotá, v. 4, n. 4, p. 11-25, 2010.
- MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires: Del Signo, 2010.
- MIGNOLO, Walter. Epistemic disobedience: the de-colonial option and the meaning of identity in politics. **Gragoatá**, Niterói, v. 12, n. 22, p. 11-41, 2007.
- MIGNOLO, Walter. **Historias locales/diseños globales**. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Traducción de Juanmari Madariaga y Cristina Vega Solís. Madrid: Ed. Akal, 2003.
- MIGNOLO, Walter. La colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad. In: LANDER, Edgardo. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 55-85.
- MIGNOLO, Walter. **The darker side of western modernity: global futures, decolonial options**. Durham: Duke University Press, 2011.
- MIGNOLO, Walter; WALSH, Catherine. **On decoloniality: concepts, analytics, praxis**. Durham: Duke University Press, 2018.
- MORAES, Oriel Rodrigues de; SILVA, Liana Amin Lima da. Racismo ambiental, colonialismos e necropolítica: direitos territoriais quilombolas subjugados no Brasil. In: LIMA, Fonseca Emanuel et al.. **Ensaio sobre racismo**. Pensamento de fronteira. São José do Rio Preto: Balão Editorial, 2019, p. 33-49.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro de Araújo. A colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Revista Polis**, Santiago, v. 31, p. 1-33, 2012.
- QUIJANO, Aníbal. ¡Qué tal raza!. **Ecuador Debate**, Quito, n. 48, p. 141-152, 1999.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**.

Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 201-246.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. In: BONILLA, Heraclio. **Los conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas**. Bogotá: Tercer Mundo, 1992, p. 437-447.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Alex. **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2010.

RIST, Gilbert. **El desarrollo: historia de una creencia occidental**. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2002.

SARANDÓN, Javier Santiago; FLORES, Claudia Cecilia. **Agroecología: bases teóricas para el diseño y manejo de agroecosistemas sustentables**. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2014.

SCOTT, James C. **Seeing like a State: how certain schemes to improve the human condition have failed**. London: Yale University Press, 1999.

TEUBAL, Miguel; PALMISANO, Tomás. Acumulación por desposesión: la colonialidad del poder en América Latina. In: ACOSTA, Alberto et al.. **Renunciar al bien común. Extractivismo y (pos)desarrollo en América Latina**. Buenos Aires: Mardulce, 2012, p. 131-156.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno**. Edição de Thiago Mota Cardoso e Rafael Victorino Devos. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O fim do mundo como concebemos: ciência social para o século XXI**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar/Ediciones Abya-Yala, 2009.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: Editora UNB, 1999.

WINOGRAD, Terry; FLORES, Fernando. **Understanding computers and cognition: a new foundation for design**. Norwood, NJ: Ablex Publishing Corporation, 1986.